

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PPGEL – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

**NÃO IDENTIDADE EM *AS MENINAS*, DE LYGIA FAGUNDES
TELLES**

ALEXSANDRO LINO DA COSTA

NATAL/RN

2015

Alexsandro Lino da Costa

NÃO IDENTIDADE EM *AS MENINAS*, DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Dissertação de mestrado submetida à Banca de Defesa no PPgEL (Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem), da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Maria de Araújo Lima.

Natal/RN

2015

UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Catálogo da Publicação na Fonte

Costa, Alexsandro Lino da.

Não identidade em *As Meninas*, de Lygia Fagundes Telles / Alexsandro Lino da Costa. - Natal, 2015.

95f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Maria de Araújo Lima.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.

1. Lygia Fagundes Telles – Crítica literária - Dissertação. 2. As meninas – Crítica e interpretação - Dissertação. 3. Identidade - Dissertação. I. Lima, Tânia Maria de Araújo. II. Título.

RN/UF/BCZM CDU 82.09

*A Lygia Fagundes Telles,
dedico esta crítica apologética.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelas positivities, pelo bem-estar físico, emocional, espiritual e mental durante o processo de escrita e pela vida afora.

Agradeço à minha mãe por todo o amparo e cuidados dedicados sempre.

Agradeço à minha orientadora, Tânia Lima, que me conduziu pelos melhores caminhos teóricos, metodológicos e literários.

Agradeço ao Prof. Derivaldo, que desde a graduação me ilumina as práticas de pesquisador, ajudando-me a ordenar e a reformular meus devaneios excessivos.

Agradeço à Profa. Conceição Flores e ao Prof. Lourival de Holanda Barros pelo olhar crítico sobre meu texto e pelas sugestões, respectivamente, para a defesa e para a versão final.

Agradeço a todas as minhas amigas e a todos os meus amigos, especialmente àquelas e àqueles das minhas turmas da graduação, da especialização e do mestrado por cada energia positiva trocada física e virtualmente, pelo casamento intelectual e afetivo, pela proximidade e apoios constantes.

Agradeço às minhas três irmãs, aos meus sobrinhos, às minhas plantinhas e aos meus dois gatinhos, sem os quais minha alma não se fortaleceria.

As coisas frias esquentam-se, o quente esfria-se, o úmido seca, o seco umidifica-se.

(Heráclito de Éfeso)

Provavelmente seja verdade que um homem permanece eternamente desconhecido para nós e que nele há sempre algo de irreduzível que nos escapa.

(Albert Camus)

A desordem provém da ordem, a covardia surge da coragem, a debilidade nasce da força. [...] O sucesso em administrar as tensões está na adaptação constante.

(Sun Tzu)

Sumário

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
INTRODUÇÃO.....	08
Lygia Fagundes Telles e <i>As Meninas</i>.....	14
CAPÍTULO I	
O OLHAR DO OUTRO SOBRE LYGIA.....	17
CAPÍTULO II	
POSICIONAMENTOS TEÓRICOS E CRÍTICOS ACERCA DA IDENTIDADE.....	23
Identidade como ficção e representação discursiva.....	23
Identidade inacabada, insuficiente e em crise.....	30
A liquidez da construção identitária.....	36
CAPÍTULO III	
A DILUIÇÃO DAS MENINAS DE LYGIA EM MÚLTIPLAS IDENTIDADES.....	57
E para que serve um nome?.....	70
A subalternidade feminina.....	74
Feminismos e subjetividades: pluralismos e não identidades.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERÊNCIAS.....	91

RESUMO

Esta dissertação toma como *corpus* o romance *As meninas*, publicado em 1973, da escritora paulista Lygia Fagundes Telles. O elemento primordial de análise são as personagens principais, Ana Clara, Lia e Lorena, cujas identidades revelam-se em formação, portanto indefinidas e mutáveis. Ao partirmos da hipótese de que a identidade das personagens pode ser fragmentada, nosso objetivo é verificar como essa possível fragmentação ocorre. Stuart Hall (2005) discorre sobre essa fragmentação identitária, a qual, na obra em estudo de Lygia, se expande e fragmenta a estrutura narrativa, concretizada em quatro focos narrativos: os de cada uma das protagonistas e de um quarto narrador, heterodiegético. Esse modo múltiplo de narrar possibilita visualizar as diferentes identidades que cada personagem comporta, visto que há um aumento de pontos de vista. Zygmunt Bauman, com seu conceito de liquidez (2005), corrobora com nossa pesquisa sobre as movências identitárias. Autores como Zilá Bernd (2011), Tomaz Tadeu da Silva (2012) e Kathryn Woodward (2012), com seus respectivos estudos sobre identidade, também adensam nossa dissertação. Nossa pesquisa se constitui metodologicamente como bibliográfica e analítica.

Palavras-chave: Lygia Fagundes Telles. *As meninas*. Identidade.

ABSTRACT

This dissertation takes as corpus the novel *As meninas*, published in 1973, by Lygia Fagundes Telles, Brazilian writer born in São Paulo. The primary element in analysis are the main characters, Ana Clara, Lia and Lorena, whose identities are revealed in training, so undefined and changeable. To start from the hypothesis that the identity of the characters can be fragmented, our purpose is to observe how this possible fragmentation occurs. Stuart Hall (2005, 2012, 2013) discusses this identity fragmentation, which, in Lygia's novel in study, expands and breaks the narrative structure, implemented in four narrative focuses: in each one of the protagonists and in a fourth narrator. This multiple mode of narration allows us to view the different identities that each character has, because there is an increase of point of views. Zygmunt Bauman, with his concept of liquidity (1998, 2004, 2005, 2007, 2012), confirms our research about mobility of identities. Authors such as Zilá Bernd (2011), Tomaz Tadeu da Silva (2012) and Kathryn Woodward (2012), with their respective studies on identity, also thicken our dissertation. Methodologically, our research is bibliographic and analytical.

Keywords: Lygia Fagundes Telles. *As meninas*. Identity. Identity fragmentation. Liquidity.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação lida com possibilidades. Possibilidades de interpretação literária: um modo particular de ver obras, uma maneira própria de lê-las e de tentar entendê-las. Porque há inúmeros, quiçá infinitos, modos de fazê-lo – dentro, é claro, daqueles limites propostos por Umberto Eco (2010, 2012). Lida ainda com possibilidades de *ser* humano: um jeito também característico de ver, ler e interpretar para tentar entender o ser humano. Porque literatura e pessoas são coisas inapreensíveis. E talvez a graça da vida esteja justamente em buscar apreendê-las. Até que chegue o momento de *nevermind*: desistir de entender e simplesmente viver – deixa pra lá! Mas somos teimosos e insistimos na busca por compreensão. Porque talvez entendendo pessoas e obras literárias a gente consiga entender a nós mesmos, haja vista que a literatura nos permite uma compreensão dos outros em sua dimensão mais profunda.

Esta dissertação trata de duas ficções: do romance *As meninas*, de Lygia Fagundes Telles; e da identidade das protagonistas dessa obra. Ambas – literatura e identidade – exercem certa organização no mundo e nas pessoas: a ficção literária e a ficção identitária.

Entretanto, tendo em vista o caráter de desorganização que elas podem conter, criar-se-iam possibilidades de reformulação: a literatura pode tanto manter, quanto alterar o mundo mediante as relações que as pessoas mantêm com ele; e as identidades também podem tanto manter, quanto alterar os indivíduos e seus respectivos comportamentos.

As meninas é um romance que trata de um breve período da vida de três protagonistas e, publicado em 1973, está inserido em um contexto conturbado de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais tanto internamente, no Brasil, quanto externamente, na conjuntura mundial. Nosso país se encontrava sob o domínio da Ditadura Militar, e o contexto internacional era o da bipolarização entre os dois lados da Guerra Fria.

Essa obra de Lygia, contudo, ultrapassa questões situadas historicamente e alcança o âmbito humano atemporal: quando trata da mudança das personagens, revelando a mutabilidade que existe nos sujeitos e em suas relações interpessoais, esse

romance brasileiro atinge o âmago das protagonistas, revelando-nos particularidades de modos de ser que podem condizer também com as pessoas de modo geral. Nosso estar no mundo, longe de ser estável e preciso, é caracterizado por incertezas e sucessivas mutações: mudamos para acompanhar as alterações da sociedade; mudamos para satisfazer necessidades intrínsecas. E nos tornamos outros.

A diversidade de obras literárias, psicanalíticas, filosóficas e sociológicas que perpassam o tema das identidades nômades demonstra que Lygia e seu romance não estão sozinhos, mas sim inseridos em uma lógica – às vezes alógica – de mudanças profundas. O mundo e o homem transmutam continuamente; as artes e os saberes, elaborados imbricadamente com eles, também se transformam. Nesse movimento de atordoantes alterações, a arte literária parece dar a mão aos indivíduos para que eles enfrentem as vicissitudes da vida e da condição humana, além de proporcionar-lhes o prazer da experimentação estética.

Ao lermos o romance *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, deparamo-nos com três protagonistas, Lorena, Ana Clara e Lia, recém-chegadas à idade adulta. Elas se conhecem em um pensionato administrado por freiras progressistas, onde moram enquanto cursam, simbólica e respectivamente, Direito, Psicologia e Ciências Sociais. O contexto espacial e histórico em que estão situadas é a cidade de São Paulo durante a Ditadura Militar brasileira.

Significativamente, o Direito representa a acomodação de Lorena em seu protetor poder burguês; as Ciências Sociais abarcam a propensão ao engajamento político e à revolução de Lia; e a Psicologia realça os intermináveis conflitos mentais em que Ana Clara vai-se enterrando, enquanto pretende – mas não consegue – “destrancar a matrícula no curso” (TELLES, 2009a, p. 79).

É interessante esta descrição das três personagens: “Lião, uma comunista fabricante de bombas. Ana Turva, uma viciada em rápido processo de prostituição. Eu [Lorena], uma amoral, indolente parasita da mãe devassa” (TELLES, 2009a, p. 110). Embora haja um caráter caricatural nessa delação (parafrazeada de uma carta anônima deixada no pensionato provavelmente por uma das freiras de lá), o que há nela não deixa de ser uma possível verdade. Só não é, de fato, uma verdade, pois a complexidade identitária dessas meninas extrapola toda e qualquer possibilidade de definição e simplificação. A personagem Madre Alix se inquieta quanto a essas indefinições:

O que sei, afinal? Que [Lia] é da esquerda militante e que perdeu o ano por faltas? Que tem um namorado preso, que está escrevendo um romance e que está pensando numa viagem que não tenho ideia para onde seja? Que sei eu sobre Lorena? Que gosta de latim, que ouviu música o dia inteiro e que está esperando o telefonema de um namorado que não telefona? Ana Clara, aí está. Ana Clara. Como me procura e faz confissões, eu podia ficar com a impressão de que sei tudo a respeito dela. Mas sei mesmo? Como vou separar a realidade da invenção? (TELLES, 2009a, p. 143-4)

Além de estar insatisfeita com o pouco que sabe das pensionistas, a Madre questiona o próprio caráter real dessas informações, pois essas meninas podem inventar dados, o que inviabiliza qualquer conhecimento que se pretenda real. A identidade é um construto ficcional, e isso intensifica seu caráter nômade, fragmentário, múltiplo, líquido, epidérmico.

Lorena é triplamente dividida entre sua virgindade, seu amor platônico, irrealizável e asséptico por M.N. e seu desejo latente de sexualidade quando da presença de seu colega de faculdade, Guga. Seu ideal ascético de pureza se revela quando ela expõe sua visão social: “Se fôssemos uma sociedade calminha Ana chamaria a atenção dos presentes mas nessa sociedade erótica os presentes também estão ocupados demais com erotismo. Poucos, pouquíssimos estão rezando. Ou pensando” (TELLES, 2009a, p. 247). M.N., médico, proporcionar-lhe-ia um amor limpo, higiênico, mergulhado em assepsia. O que destoava de suas inclinações por Guga, ainda que haja certa resistência da parte dela:

Se ao menos o Guga aparecesse para buscar a camisa que ainda não comprei. Bordo um patinho mas não é no pato que estou pensando, é na sua barba, na sua boca. Cheiro de fumo, suor e poeira. E a língua de cetim e punhal que eu tive que expulsar, mas por que expulsar?! Ai meu Pai, nunca imaginei que aqueles pés caprinos, mal escondidos nas sandálias e aquele jeans puído bem nos elevados, ilha branca, desviei o olhar e o olhar acumulado naquele desbotamento que tive tanta vontade de... M.N., M.N., só você não vai mesmo ter coragem? Porque sou virgem, é isso? (TELLES, 2009a, p. 248).

Vê-se, explicitamente, que essa personagem não possui uma identidade una: ora pretende manter-se virgem, em uma seara de oração e pensamento; ora se volta para o amor adúltero pelo médico casado M.N.; e ora oscila para o desejo intenso que se desperta nela quando da presença de Guga.

Ana Clara divide-se entre o futuro promissor alcançado via casamento burguês sem amor e o universo paralelo criado mediante o consumo de drogas e os encontros secretos com seu amante, Max: “Te amo Max. Te amo, mas em janeiro, meu boneco. Em janeiro vida nova. Tirar o pé da lama. Você já foi rico, agora é minha vez, não posso? Ano que vem *stop*. Um escamoso mas podre de rico” (TELLES, 2009a, p. 39). Ela se identifica plenamente com o amor que sente pelo amante, mas pretende trocar ambos, amor e Max, pelo dinheiro que virá de seu casamento com o “escamoso”.

Lia, uma quase guerrilheira urbana, contradiz-se entre seu aguerrido engajamento em lutas políticas e seu desejo intenso por uma vida pacata, o qual se delineia nos seus planos de casar-se, de ter muitos filhos, e no seu romance em que escreve sutilezas como “A cidade cheirando a pêssego”. Lorena percebe essas oscilações: “Tão lúcida quando fala mas quando escreve fica tão sentimental, oh, a lua, o lago” (TELLES, 2009a, p. 29). E Lia também se reconhece dividida:

Por que me comovo quando penso que Pedro vai sofrer? Tem que sofrer, merda. Beber querosene e gasolina porque é assim que se firma uma estrutura, penso. Mas no coração fico sentimental, só me falta dizer como a Lorena: coitadinho (TELLES, 2009a, p. 223, grifo do texto).

Essas meninas refletem as transformações sociais que caracterizam esse período do século XX; além disso, também são caracterizadas por dilemas e questionamentos tipicamente humanos. Revelam, dessa forma, uma identidade cambiante: elas não se definem em qualquer aspecto, (des)configurando-se em movências identitárias e em descontínuos processos de identificação.

Autores como Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Zilá Bernd, Tomaz Tadeu da Silva e Kathryn Woodward discorrem diretamente sobre a dinâmica da identidade. Há, portanto, diversas formas de se nomear esses processos que revelam a configuração identitária não mais como algo uno, coeso e definido. O consenso se dá nisto: a identidade é cambiante.

Seja nomeando-a de fragmentada (HALL, 2005) ou de líquida (BAUMAN, 2005), vemos que ela varia indefinidamente. Há inclusive a possibilidade de que haja somente sucessivos processos de identificação (SILVA, 2012), que se modificam novamente antes mesmo de ocorrer a estabilização de uma identidade.

Nosso objetivo, portanto, é estudar o romance *As meninas* focando-nos na relação que se estabelece entre suas protagonistas (aspectos formais) e algumas teorias que abordam a fragmentação, a liquidez e a multiplicidade da identidade (aspectos socioculturais), em suas imbricações com a Sociologia, a Psicanálise, a Filosofia e a História. Esperamos, dessa forma, contribuir para a fortuna crítica sobre Lygia Fagundes Telles e para os estudos sobre questões identitárias.

Partimos da hipótese de que as protagonistas refletem traços sociais dos indivíduos não só da época da publicação do romance, mas também da contemporaneidade. A relação entre literatura e realidade social, portanto, será abordada. Sabemos que não se trata de simples transposição, mas de um complexo trabalho de reinterpretação e reelaboração, haja vista a especificidade do discurso literário.

Outra hipótese que formulamos é a de que a fragmentação dessas personagens reflete-se na *forma da obra*, havendo, assim, uma *fragmentação estrutural*, que se evidencia na multiplicação de narradores, na pontuação não usual e na desorganização textual. Além de um narrador tradicional, heterodiegético, que organiza escassamente a narrativa, o romance contém mais três narradoras: as protagonistas.

Ressaltamos que essa alternância do foco narrativo é percebida por meio de diversas formas: das escolhas lexicais; do modo de enxergar o mundo e os outros; dos ambientes frequentados; da autoimagem; dos vocativos; da alteração da primeira para a terceira pessoa. Não há alternância delineada entre os narradores: de repente, em um novo parágrafo, emerge-se uma nova voz, acarretando uma contínua sobreposição de vozes.

Esse aspecto formal (narração) intensifica a impressão de liquidez, multiplicidade e fragmentação identitária. Não é só a identidade das personagens que apresenta movências: a própria forma do romance também o faz.

Sabendo-se da relação literatura/sociedade (CANDIDO, 2011), nossa proposta de pesquisa abarca duas searas de estudos: o literário em si, pois todas as considerações terão como suporte as personagens do romance *As meninas*; e os sociais, visto que a questão da identidade é de extrema relevância em nossa contemporaneidade.

Ao conhecer os seres ficcionais de Lygia Fagundes Telles, poderíamos conhecer melhor os seres reais (CANDIDO, 2009): “A literatura, exprimindo a exceção, oferece um conhecimento [...] capaz de esclarecer os comportamentos e as motivações humanas” (COMPAGNON, 2009, p. 51); “um mundo histórico, uma sociedade ou um grupo social reconhecem os caracteres constitutivos da sua experiência do mundo [...] em uma obra de arte” (VATTIMO, 1996, p. 52), pois revela-se “na obra de arte, mais do que em qualquer outro produto espiritual, a verdade das épocas” (VATTIMO, 1996, p. 52).

Analisar *As meninas* pode nos permitir compreender melhor o ser humano e a sociedade, tanto da época de sua publicação, quanto da contemporaneidade.

Para tanto, empreendemos nossa pesquisa como exploratória e bibliográfica, e o trabalho analítico toma nosso objeto de estudo, o romance, como ponto principal, a partir do qual teceremos considerações mediante a fundamentação teórica acerca da fragmentação da identidade.

Nossa metodologia de pesquisa constitui-se em uma análise pormenorizada da categoria *personagem*, que será tomada como uma forma de se estudar a complexidade humana, haja vista as relações que se estabelecem entre seres ficcionais e reais (CANDIDO, 2009). A identidade fragmentada das personagens seria fruto da *mimêsis*: em uma transposição criadora, a obra refletiria o mundo – “Parti da realidade para a ficção. Sei que em estado bruto as minhas meninas existem, estão por aí” (TELLES, 1995).

Com isso, ainda que abordemos aspectos formais, evita-se a limitação de permanecer somente na estrutura literária, ao extrapolarmos a obra em si e buscarmos suporte em áreas diversas do conhecimento, em uma pesquisa que enriquece e fortalece os estudos literários – ao invés de empobrecê-los e enfraquecê-los.

No primeiro capítulo, reunimos algumas discussões sobre as narrativas de Lygia, elencando teses e dissertações cujos temas de pesquisa se aproximam do nosso. Um recorte fez-se necessário, devido à vasta produção crítica sobre a escritora: focalizamos um estudo sobre o romance *As meninas*, visto que a maior parte dessa produção crítica volta-se aos contos dela, e uma pesquisa que aborda o duplo, tema que se aproxima das questões identitárias.

No segundo capítulo, buscamos teorias diversas sobre a identidade, diversificando autores teóricos e críticos para demonstrar a recorrência do tema. Assim, alterna-se entre múltiplas facetas sobre a linguagem.

Por fim, no terceiro e último capítulo, já acumulando certo conhecimento oriundo de nossas pesquisas, analisamos as protagonistas do romance *As meninas* a partir de suas movências identitárias. Ressaltamos as consequências dessas identidades cambiantes para o transcorrer da leitura da obra, interferindo no modo de apreendê-la.

Quanto à força da negação do título da dissertação (“Não identidade em *As meninas*”), salientamos que se trata de uma ênfase retórica, já que as identidades, por não se excluírem mutuamente, conseguem conviver na oposição e nos conflitos, sem precisar negar umas às outras. Sob esse negar-se, há um convívio identitário – ainda que desarmônico. “Não identidade”, assim, não nega que haja identidades; nega somente a suposta existência de uma identidade estabelecida, definida, delimitada.

Lygia Fagundes Telles e *As meninas*

Lygia Fagundes Telles nasceu na capital de São Paulo em 1923 e, desde 1985, ocupa a cadeira número 16 da ABL (Academia Brasileira de Letras). Os *Cadernos de Literatura Brasileira* reconhecem em sua obra “aquilo que de mais elevado pode fazer a atual ficção brasileira” (1998, p. 8). Em 1998, o governo francês a condecorou com a Ordem das Artes e das Letras. Sua consagração definitiva, porém, veio com o prêmio Camões, em 2005, obtido pelo conjunto de sua obra, que lhe permitiu essa grande distinção como escritora de língua portuguesa.

Em 1941, para não precisar estudar Matemática, ela ingressa na Faculdade de Direito. Esse fato se revela como uma pequena revolução: tendo em vista a forte tradição masculina desse curso, em uma época “em que as mulheres brasileiras eram direcionadas para as áreas de formação pedagógica ou para a área da saúde” (SILVA, 2008, p. 9), o ingresso de Lygia soa como uma contestação feminina.

Mais tarde, ao ingressar no mundo literário, a autora passa a problematizar a condição da mulher na sociedade. As protagonistas de seus quatro romances são femininas, e a maioria das personagens de seus contos também o é.

Para muitos, o conto é o gênero em que a autora mostra seu potencial narrativo; todavia seus romances também revelam qualidades literárias. *As meninas* é o seu terceiro e “arrebata todos os prêmios literários de importância no país: o Coelho Neto, da Academia Brasileira de Letras, o Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro, e o de ‘Ficção’, da Associação Paulista de Críticos de Arte” (CADERNOS, 1998, p. 13).

O romance foi publicado originalmente no ano de 1973, em plena Ditadura Militar, driblando inesperadamente a censura do AI-5 (Ato Institucional Número 5), mesmo contendo temáticas consideradas mais do que subversivas para os padrões daquele governo. Conteúdo, personagens e estruturas narrativas, no entanto, continuam atuais.

Alfredo Bosi, elencando autores como Aníbal Machado, Fernando Sabino, Dalton Trevisan, Autran Dourado, Otto Lara Resende, Carlos Heitor Cony, Dionélio Machado e outros, situa Lygia entre esses “escritores de invulgar penetração psicológica”, que “têm escavado os conflitos do homem em sociedade, cobrindo com seus contos e romances-de-personagens a gama de sentimentos que a vida moderna suscita no âmago da pessoa” (BOSI, 2006, p. 414).

O crítico paulista, distribuindo “o romance brasileiro moderno, de 30 para cá, em, pelo menos, quatro tendências¹, segundo o grau crescente de tensão entre o ‘herói’ e o seu mundo” (BOSI, 2006, p. 418), coloca a obra romanesca de Lygia no grupo de *romances de tensão interiorizada*, em que o “herói não se dispõe a enfrentar a antinomia eu/mundo pela ação: evade-se, subjetivando o conflito” (BOSI, 2006, p. 419). É o que vemos acontecer com as três protagonistas da obra em análise: Lorena, estagnada pela inação na proteção dos devaneios e dos sonhos em seu quarto-concha (“minha concha. Meu delicado mundo que amo tanto” – TELLES, 2009a, p. 248); Ana Clara, alucinada sob o efeito de drogas e nos encontros secretos com seu amante, Max; e até Lia, cujos projetos de ação política estão na incerteza do futuro, havendo

¹ A saber: romances de tensão mínima, romances de tensão crítica, romances de tensão interiorizada e romances de tensão transfigurada (BOSI, 2006, p. 418-9).

concretamente apenas a articulação de planos em reuniões com o grupo revolucionário do qual faz parte.

Para Antonio Candido, em *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*,

A obra de Lígia Fagundes Telles [...] realiza a excelência dentro das maneiras estabelecidas de narrar. Mas ela sabe fecundá-las graças ao encanto com que compõe, à capacidade de apreender a realidade pelos aspectos mais inesperados, traduzindo-a de modo harmonioso. Tanto no conto quanto no romance, ela tem realizado um trabalho ainda em pleno desenvolvimento, sempre válido e caracterizado pela serena maestria (CANDIDO, 1999, p. 92).

Ao considerarmos as opiniões de críticos e o fato de a autora ser parte da Academia Brasileira de Letras, vemos que ela já faz parte do cânone literário brasileiro contemporâneo. Essa consagração, porém, não a leva a produzir uma literatura conformista. Pelo contrário, é possível tomar muitos de seus textos como socialmente engajados.

CAPÍTULO I

O OLHAR DO OUTRO SOBRE LYGIA

Neste capítulo, elencamos alguns trabalhos acadêmicos e textos diversos em que autores discorrem sobre Lygia Fagundes Telles e suas obras, com especial atenção àqueles que abordam o romance *As meninas*. Esclarecemos a importância desse material para nossas interpretações, pois, após ler a crítica elaborada sobre a autora, podemos compreender melhor a sua produção literária.

Percebemos, com esses críticos, que o exercício de leitura é uma prática que está sempre em desenvolvimento. É como se, ao conhecer análises alheias, tomássemos emprestadas novas lentes para nossos olhos, com as quais apreenderíamos melhor a literatura, porque passam a existir diferentes maneiras de vê-la.

A necessidade de estudar essa pequena parte da fortuna crítica sobre a autora está em evitar discorrer a respeito de assuntos que poderiam já ter sido tratados, evitando eventuais repetições. Mesmo tratando da mesma obra e havendo certa familiaridade entre os títulos dos trabalhos, percebemos que nossa pesquisa abarca perspectivas não contempladas em outros estudos.

Berenice Sica Lamas publicou, em 2004, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sua tese de doutoramento intitulada *O duplo em Lygia Fagundes Telles: um estudo em psicologia e literatura*, em que analisa algumas obras da autora, relacionando essas duas áreas do saber como forma de compreender as personagens das narrativas de Lygia.

A perspectiva de Lamas, contudo, distingue-se da nossa devido a diversos aspectos: enquanto a autora focaliza o *duplo* das personagens, buscaremos o *múltiplo* da identidade; enquanto ela opta pelo *conto*, abordaremos o gênero *romance*; enquanto sua análise volta-se para o *fantástico*, examinaremos o *realismo*² da obra de Lygia; e, por fim, enquanto Lamas baseia-se em uma teoria *psicológica* e *psicanalítica*, nosso

² Tomando o Realismo como categoria formal, e não histórica, poderíamos chamar algumas obras de Lygia Fagundes Telles de “realistas e contemporâneas”.

embasamento teórico está focado, mormente, em aspectos *sociológicos*, sem fechar-se a contribuições oriundas de outras áreas do conhecimento, como a Filosofia e a Psicanálise.

Nosso pensamento é consoante com o da autora em alguns posicionamentos, como na percepção de que a “fragmentação da personagem (o duplo) é o tema por excelência deste novo mundo da literatura latino-americana e brasileira, tendo como cenário um mundo esfacelado e caótico, que não se reduz às categorias da explicação racional” (LAMAS, 2004, p. 65). As personagens literárias, portanto, refletiriam os traços identitários dos seres sociais concretos, os quais, inseridos em comunidades humanas, espelhariam a condição fragmentária do mundo.

Em sua tese, Berenice ratifica a consciência social que Lygia representa, lembrando-nos de que o autor tem uma função política perante a sociedade. Dessa forma, a literatura lygiana não se aliena da realidade brasileira e mundial da época, transformando em matéria literária temas e acontecimentos de um país com conflitos ideológicos e de poder. *As meninas* certamente é uma das obras em que esse viés político mais se sobressai, haja vista que apresenta muito mais realismo se comparada à produção de literatura fantástica da autora.

O duplo que Berenice aborda em sua tese se refere, por vezes, a um desdobramento temporal: a personagem é repartida em dois seres distintos através do tempo, como ocorre no conto “O encontro”, contido no livro *Um coração ardente*, de Lygia Fagundes Telles, e analisado na tese da autora.

Nesse conto, a protagonista se encontra com o seu duplo em um universo paralelo, um misto de sonho, imaginação e realidade: “e se eu estivesse sendo sonhada? Perambulava pelo sonho de alguém, mais real do que se estivesse vivendo” (TELLES, 2012, p. 76). Nesse outro plano, ela se reconhece em outra personagem, havendo semelhanças corpóreas e identitárias, ainda que se trate de dois indivíduos. A identidade entre ambas se distingue devido à distância temporal que há entre elas, mas permanece ainda um elo que lhes permite certo reconhecimento uma da outra. A configuração identitária se altera, mas o tempo parece ser o responsável natural por isso.

Em *As meninas*, diferentemente, romance que se passa em um brevíssimo período, as protagonistas apresentam uma identidade fragmentada (HALL, 2005)

devido ao caráter múltiplo do próprio sujeito, que se faz vários a um só tempo. A liquidez identitária deve-se a questões individuais e sociais, e não ao decorrer temporal, visto que, verificando-se dados secundários, percebe-se que a narrativa se passa em dias ou em poucos meses – não há delimitações de datas na obra.

Outro trabalho que destacamos é a dissertação intitulada “O indivíduo e as convenções coletivas em *As meninas*”, de Deurilene Sousa Silva, vinculada à Universidade Federal do Pará. Publicada em 2008, estuda a relação entre o homem individual e as instituições públicas que constituem a sociedade, sob um viés político, literário e sociológico, fundamentado teoricamente em Lucien Goldmann, Georg Lukács e Antonio Candido.

Enquanto se distancia por não tratar especificamente das identidades das personagens e por tomar um suporte teórico parcialmente diverso, o texto se aproxima do nosso ao verificar que existe um constante e forte condicionamento exercido pelas convenções coletivas sobre os indivíduos particularmente. Essas convenções sociais seriam normas de condutas externas ao sujeito, “sejam elas políticas, sejam elas provenientes de instituições como a família, a igreja e os padrões de comportamento” (SILVA, 2008, p. 54). Frente a isso, o “romance mostra que as ‘meninas’ precisam de máscaras, ou melhor, uma estrutura mais confortável que justifique as atitudes de cada uma delas” (SILVA, 2008, p. 49).

Na dissertação, o homem contemporâneo, que serviu como parâmetro para as personagens de *As meninas*, é visto como um ser em “busca de sua identidade” (SILVA, 2008, p. 7). E é o que essas personagens deixam transparecer: diluídas em configurações identitárias múltiplas, as meninas lygianas parecem procurar continuamente por identidades que se harmonizem com elas e com os outros que lhes rodeiam. Por isso elas vão vestindo máscaras diversas – e alternando-as – ao longo da narrativa.

Segundo a autora, haveria, em *As meninas*, “formas de desestruturação do indivíduo” (SILVA, 2008, p. 12). Tal desestruturação é o que chamamos de *fragmentação* (HALL, 2005) ou *liquidez* (BAUMAN, 2005) *identitária*: um indivíduo que possui vários modos de enxergar a si mesmo – e que se relaciona com o outro de uma maneira por vezes contraditória – seria desestruturado. Vemos, contudo, que tal desestruturação não é somente sintoma de negatividade, angústia, esvaziamento nem

insatisfação para consigo mesmo, mas também um sinal de liberdade e de poder (como discutiremos mais à frente).

Deurilene aborda ainda a questão da recepção literária: os leitores poderiam enxergar a si mesmos nas personagens, o que criaria uma relação concreta entre a sociedade e a literatura. Ela afirma que a

presença de Lygia Fagundes Telles no círculo literário brasileiro, não diferente de outros escritores, [...] implica a descoberta de uma nova perspectiva de escrita capaz de suscitar inquietação no leitor que se autorrepresenta nas tramas, identificando-se como o “eu” em desalento e em desacerto com o tempo de agora, e nas incertezas do tempo do amanhã (SILVA, 2008, p. 14).

Ela acredita que “a pacificidade humana é deixada de lado para revelar a voz daqueles que se veem representados através de histórias e/ou personagens” (SILVA, 2008, p. 14). Essa identificação com narrativas promoveria um conhecimento sobre si mesmo, e o leitor passaria a saber que os dilemas vividos na época seriam, de fato, algo coletivo, partilhado por vários outros indivíduos, e não somente por um só. Essa “pacificidade [...] deixada de lado” revela o teor sedicioso da literatura, o qual demonstra ser um fator de transformação social, de conscientização política e de negação à alienação, sendo possível, dessa forma, “recriar a História através da ficção” (SILVA, 2008, p. 12).

Deurilene reafirma o elo entre real e ficção, o qual se dá mediante uma *mimèsis* que reelabora a realidade ao realocá-la na arte literária:

sentimentos que permeiam a condição humana são transferidos para as personagens lygianas, as quais manifestam emoções tão reais, de modo a tornar praticamente impossível separar esses sentimentos ficcionais dos sentimentos reais (SILVA, 2008, p. 93).

Esse artifício mimético consegue conciliar o literário e o social, criando tanto personagens mais verossimilhantes, quanto leitores mais empáticos. Assim, o “‘eu’ em desequilíbrio” e o “encontro/desencontro do ‘eu’ consigo mesmo” (SILVA, 2008, p. 93) narrados em *As meninas* não se tratariam de algo desconexo do mundo; ao contrário, seriam modelos reelaborados da concretude social. A verossimilhança do romance de Lygia seria intensificada devido às suas habilidades artístico-literárias:

Uma das astúcias da escritora Lygia Fagundes Telles incide na forma exata ao descrever uma determinada situação. A linguagem, o tempo, a cadência rítmica das palavras, a sonoridade, as pausas, os truncamentos das falas ou ideias das personagens, tudo isso corrobora para a apreensão do “real” das personagens, e, desse modo, o “mundo real” das personagens, vivido no texto ficcional (SILVA, 2008, p. 93).

Para Deurilene, os atritos entre as convenções sociais e as personagens de Lygia ocorrem quando se configuram divergências entre o que se *é* e o que se *deveria ser*: “o choque se dá quando as personagens passam a agir de forma a contrariar o padrão estabelecido” (SILVA, 2008, p. 94). Se Lia permanecesse somente em sua identificação materna e doméstica, não haveria qualquer contestação frente à Ditadura Militar. Caso Ana Clara mantivesse uma conduta resignada quanto à sua situação socioeconômica, ela não se forçaria a se subjugar ao noivo repulsivo, o que talvez não a fizesse afundar-se em drogas e na semiprostituição. Se Lorena se atasse a somente um amor desimpedido, ela não planejaria desfazer um casamento. É na fragmentação de suas identidades que as convenções coletivas são ameaçadas.

Ao captar as transformações sociais por que passavam os indivíduos da época, Lygia atende “à função da literatura como participante no processo de formação e descoberta da sociedade brasileira” (SILVA, 2008, p. 79). Se o governo militar visava o controle social obtido pela imposição de padrões comportamentais preestabelecidos, as personagens de Lygia vêm romper todo esse controle, funcionando até como ferramenta libertária. O leitor descobrir-se-ia e formar-se-ia com maior liberdade e consciência de si mesmo.

Uma contribuição importante de Deurilene foi ter enxergado que, além da dependência química, há em Ana Clara uma espécie de “dependência humana” (SILVA, 2008, p. 77-8). Para sanar as carências afetivas, a personagem vê como meio principal a ascensão à burguesia, pois isso lhe traria uma aceitação social, suprindo-lhe as lacunas emocionais oriundas do distanciamento e da ausência do outro. E nessa busca suas identidades entram em conflito, diluindo-se conseqüentemente.

Deurilene percebe ainda “a relevância ‘dos valores e ideologias’ como elementos que contribuem tanto para a construção do conteúdo da obra, quanto para a identificação do universo do artista” (SILVA, 2008, p. 67). Mesmo havendo um dialogismo (BAKHTIN, 2010) que abre espaço para uma multiplicidade de vozes em *As*

meninas, a leitura do romance autoriza o entendimento de certa orientação contrária à Ditadura Militar brasileira, sem que com isso a narrativa se torne panfletária.

Quando se sabe que Lygia assinou, juntamente com os mais representativos intelectuais brasileiros do período, o “Manifesto dos Mil”, o posicionamento que pode ser percebido na obra faz-se mais coerente. Essa declaração contra a censura foi entregue, em 1976, ao ministro da Justiça da época.

CAPÍTULO II

POSICIONAMENTOS TEÓRICOS E CRÍTICOS ACERCA DA IDENTIDADE

IDENTIDADE: não tem a ver com o lugar onde nascemos, [...] e sim com os lugares por onde passamos. IDENTIDADE é o que a viagem faz de nós enquanto continua. Só os mortos, os que deixaram de viajar, possuem uma IDENTIDADE bem definida.

José Eduardo Agualusa

Neste capítulo, elencamos alguns teóricos e críticos que tratam da identidade como algo não estável e que permanece em constante transformação. Sempre que possível, mesclamos teoria e análise, mas de forma controlada para não antecipar o conteúdo do capítulo final, em que analisamos mais detidamente o romance em estudo.

Identidade como ficção e representação discursiva

Em *A espécie fabuladora: um breve estudo sobre a humanidade*, Nancy Huston, romancista canadense, teoriza ensaisticamente sobre a necessidade humana de fabular. Criar estórias seria um modo de organizar a vida, organizar a mente, organizar a sociedade, organizar a si mesmo. Dessa forma, a ficção teria uma importância vital para o homem: “O que é especificamente humano não é ser bom ou mau, cruel ou compassivo, é pensar que somos assim *em prol* de alguma coisa; ora, essa coisa (religião, país, descendência) é sempre uma ficção” (HUSTON, 2010, p. 22, grifo do texto).

Com uma escrita leve e rápida, mesclando Antropologia, Psicanálise, História e Teoria da Literatura, a autora nos mostra que, muito além de haver fabulação somente nos âmbitos tradicionais da ficção (poemas, cordéis, contos, novelas, romances, filmes, novelas de televisão etc.), o fabular está presente em muitas outras searas de nossas

vidas, aquelas que constituem nossa assim chamada “realidade”, como a família, a “História Oficial”, a sociedade em que estamos inseridos e as nossas identidades:

Real-real: ele não existe, para os humanos. Real-ficção apenas, por todos os lados, sempre, uma vez que vivemos no tempo.

A narratividade se desenvolveu em nossa espécie como uma técnica de sobrevivência. Ela está inscrita nas próprias circunvoluções do nosso cérebro (HUSTON, 2010, p. 19).

Nancy Huston discorre sobre o Sentido, a “droga pesada” de que necessitamos para atribuir valor e lógica à nossa realidade. Fabulamos para que haja esse Sentido. Sem ficções e narrativas, nossa formação seria impossível, pois, desde o nosso nascimento, tudo envolve fabulações: a vida, a família, o povo, Deus, o futuro, etc.

Apenas nós percebemos a nossa existência terrestre como uma trajetória dotada de sentido (significação e direção). Um arco. Uma curva que vai do nascimento à morte. Uma forma que se desdobra no tempo com um início, peripécias e um fim. Em outros termos: *uma narrativa*.

“No princípio era o Verbo” quer dizer o seguinte: o verbo (a ação dotada de sentido) é que marca o começo da nossa espécie.

A narrativa confere à nossa vida uma dimensão de sentido que os outros animais ignoram. Por isso, passarei a utilizar, tratando-se desse sentido, uma letra maiúscula. O Sentido humano se distingue do sentido animal pelo fato de que ele se constrói a partir de narrativas, de histórias, de ficções.

[...] O Sentido depende do humano, e o humano depende do Sentido (HUSTON, 2010, p. 18, grifo do texto).

A romancista afirma que existe a necessidade de sempre se reformular o conjunto de ficções em que vivemos. Ao fazer isso, cria-se a própria história. Já aqueles que não conseguem fazê-lo permanecem expostos às narrativas que criam para nós, as quais podem visar à manipulação mediante o ódio, a intolerância, a guerra, sempre tendo em vista o poder; essas seriam o que ela chama de “ficções nocivas”:

O Sentido é a nossa droga pesada. Sob forma de ideal político ou religioso, essa droga não é somente pesada, mas pura. Para obtê-la, alguns chegarão a matar pai e mãe, ou inclusive a sacrificar a própria vida (os camicases) (HUSTON, 2010, p. 21).

Especificamente, a autora discorre sobre a ficção do eu, a construção que cada um faz de si mesmo ao elaborar as narrativas que o constituem:

Penetrando no nosso cérebro, as ficções o formam e o transformam. Mais do que nós as fabricamos, elas nos fabricam – arranjam para cada um de nós, ao longo dos nossos primeiros anos de vida, um *ego*.

Não se nasce alguém, mas passamos a sê-lo. O eu é uma construção custosamente elaborada. Longe de sempre ter estado ali, esperando para se afirmar, é primeiramente um meio físico e humano e depois uma configuração móvel, em permanente transformação, que fixamos por mera convenção.

Para dispor de um *ego*, é preciso aprender a fabular. Depois, comodamente, esquecemos disso, mas foi preciso tempo e muita ajuda para nos tornarmos alguém. Foi preciso camadas e camadas e camadas de impressões compiladas em histórias. Canções. Contos de fadas. Exclamações. Gestos. Regras. Socialização. Limpo. Sujo. Não diga isso. Não faça aquilo. Bing, bang, bong.

A humanização é isso. É graças a ela que, muito lentamente, surgirá o *eu*. As suas lembranças também serão organizadas em narrativas.

O *ego* é uma distribuição cromossômica à qual foram agregadas ficções.

Portanto: não há dois egos idênticos (mesmo com a clonagem), pois não há duas séries de ficções idênticas.

Tornar-se um eu – ou melhor, confeccionar-se um *ego* – é ativar, a partir de um dado contexto familiar e cultural, sempre particular, o mecanismo da narração (HUSTON, 2010, p. 23, grifo do texto).

Vista desse modo, nossa identidade se evidencia ainda mais como um construto: passamos a ser aquilo que dizemos que somos, pois acreditamos – ou pelo menos fingimos acreditar – naquilo que contamos sobre nós mesmos. Em *As meninas*, para fugir de sua origem pobre e anônima, algumas vezes Ana Clara fala de si e se apresenta aos outros como se fosse a personagem Lorena, buscando, com isso, o status social abastado financeiramente e ornamentado por um sobrenome com *pedigree*. Ao fazê-lo, ela busca apagar-se, deletando a pobreza e o anonimato de sua família para construir um novo eu, rico e renomado.

Saliente-se que, mesmo após firmar um eu, este pode continuar em mutação, conforme a vontade de cada um, haja vista que é uma “configuração móvel, em permanente transformação, que fixamos por mera convenção” (HUSTON, 2010, p. 23). Quando tal construção já não nos convém, podemos cambiá-la, como o ator que troca de

máscara a cada personagem interpretada. É nesse câmbio identitário constante que as personagens lygianas perpassam a narrativa.

Nancy acredita no poder civilizatório do romance, pois, por meio dele, podemos nos disponibilizar a nos colocarmos no lugar do outro, relativizando nossas crenças, formulando novos entendimentos e criando identificações com o outro.

Em “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual” (ensaio publicado originalmente em *Identity and difference*), Kathryn Woodward, professora da Open University, discorre sobre o caráter de *construção* das identidades, que “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2012, p. 8). Sendo “representadas” mediante símbolos sociais e signos linguísticos, as construções identitárias assumem um caráter ficcional e convencional, o que as desestabiliza.

A ficção identitária de que trata Nancy Huston, portanto, parece um sinônimo dessa representação discursiva que constitui a identidade para Kathryn Woodward. Ambas as autoras tratam as formas de identificação como algo em construção, como um meio de tentar se organizar e de se associar ao outro.

A “representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior” (WOODWARD, 2012, p. 8). Tal classificação, entretanto, não é igualitária nem neutra, resultando em hierarquizações e subalternizações impostas socialmente por meio das identidades. O indivíduo que se sujeita acriticamente em relação a essa etiquetagem padece em estereótipos e na inação. A consciência de uma autonomia para a construção de sua própria identidade seria uma ferramenta de liberdade e também de poder.

Por ser a identidade “marcada por meio de símbolos” (WOODWARD, 2012, p. 9), ocorre “uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que uma pessoa usa” (WOODWARD, 2012, p. 10). Se há consciência disso, o consumo de bens materiais simboliza uma dominação social: o que eu posso consumir exclui você dos meus agrupamentos identitários, visto que você não pode consumir o que eu consumo.

É o que acontece com as personagens de *As meninas*. Lorena, cercada pela ostentação que seu poder burguês lhe proporciona, acaba por enxotar Lia e Ana Clara de sua identidade econômica. Já Ana Clara, cuja infância foi demasiadamente pobre,

percebe essa exclusão e vê no consumo um meio de compensar suas carências de outrora: “Agora quero agrados presentes. Um dia compro um caminhão só de presentes tudo bobagem esbordoar dinheiro só com bobagem quero ficar boba” (TELLES, 2009a, p. 49). Ela reconhece a futilidade, mas nem por isso abre mão dela.

Lia também percebe a exclusão que Lorena representa e explicita isso em alguns trechos, como nesta descrição:

Lorena me entrega a xícara com seus fagueiros desenhos de pássaros e florinhas. A toalha de linha combina com a xícara, uma toalha com uma exuberante estampa tropical. As poltroninhas claras. Os objetos raros.

– Tudo aqui é muito fagueiro, muito bonito. Você ainda é rica, Lorena? (TELLES, 2009a, p. 31).

Diferentemente de Ana Clara, que busca um meio compensatório para as carências de sua infância e adolescência, Lia observa o mundo de Lorena sem demonstrar o mínimo interesse em usufruir dele. Para ela, tudo aquilo é, de fato, futilidade.

Tendo em vista a exclusão que a identidade econômica concretiza em relação àqueles que dela não participam, percebe-se que “a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social. A luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais” (WOODWARD, 2012, p. 10, grifo do texto).

Lorena, contudo, não se firma como burguesa somente em referência ao seu bem-estar econômico atual. Ela o faz, também, buscando seu sobrenome oriundo de bandeirantes, como se o passado lhe pudesse assegurar seu status social. Com isso, percebe-se que uma “das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (WOODWARD, 2012, p. 11). Portanto, “essa redescoberta do passado é parte do processo de *construção da identidade*” (WOODWARD, 2012, p. 12, grifo do texto).

Kathryn também renega o pretense caráter uno das identidades. Sendo construtos sociais erigidos a partir de diferentes sujeitos que constituem os agrupamentos identitários e que estão expostos a distintas variações volitivas,

psicológicas e ideológicas, as “identidades não são unificadas. Pode haver contradições no seu interior que têm que ser negociadas” (WOODWARD, 2012, p. 14).

Como outros autores, a professora entende a relação entre identidade e política. A instabilidade de uma poderia contagiar a outra: “Será que as identidades são fluidas e mutantes? Vê-las como fluidas e mutantes é compatível com a sustentação de um projeto político?” (WOODWARD, 2012, p. 15). A Ditadura Militar Brasileira exemplificou claramente o que se faz com identidades que se desviam de padrões estabelecidos – espionagens, prisões, torturas, exílios, mortes. As personagens de Lygia enfrentaram o período correndo esses riscos.

Hodiernamente, muitas políticas públicas são voltadas especificamente para algumas identidades sociais. Em um mundo líquido, porém, estabelecê-las torna-se a cada dia mais difícil. Não havendo monocausalidade, os jogos identitários trariam tanto vantagens, quanto problemas: os indivíduos aparentemente são livres para exercerem suas escolhas, mas as complicações podem surgir quando se tenta se estabelecer de alguma forma.

Os sistemas de representação – sobre os quais as ideologias dominantes exercem poder – influenciam fortemente nas construções identitárias grupais e individuais. A maioria das identidades já está disponível para ser escolhida, relegando pouquíssima autonomia para os sujeitos:

É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas [...]. Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2012, p. 18).

Vistos dessa forma, os sistemas de representação seriam moldes sociais a partir dos quais os indivíduos e os grupos formar-se-iam. As identidades, portanto, seriam fornecidas antecipadamente, cabendo a cada sujeito construir as teias identitárias que o situam em relação aos outros.

A burguesia representada por Lorena já existia, mas o modo como a personagem se constrói economicamente, às vezes condenando-se pela forma egoísta como trata aqueles que não fazem parte dessa classe, evidencia intermitências de afinidades com outras classes. A identidade revolucionária de Lia também já existia antes dela; porém a maneira como essa personagem hesita em relação àquilo que é necessário para a revolução revela idiossincrasias suas. Os casamentos por interesse sempre existiram; todavia o modo como Ana Clara lida com esse dilema mostra particularidades psicológicas dela.

Mesmo preexistindo as representações sociais, cada um elabora um arranjo único para suas identidades. E disso resultam tanto a não homogeneidade grupal, quanto as fragmentações, a liquidez e as multiplicidades identitárias. “A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade” (WOODWARD, 2012, p. 19).

Ana Clara, no trecho a seguir, vê uma suposta homogeneização na identidade econômica da burguesia. No entanto, oculta pela generalização, existe uma miríade de construtos identitários sob uma mesma pretensa delimitação identitária:

Nem precisam falar [os burgueses] e se reconhecem de longe como os cristãos das catacumbas se cruzando nas praças. Podem se misturar com os outros e não se misturam. Ela [Lorena] pode dizer indecências e não fica indecente, pode ficar putinha e não fica putinha. Anel de brasão. Este aqui [Max] também tem seu anel que nem Deus sabe onde anda. Mas tem. O feudo familiar. Sofri tanto porque não tive o meu (TELLES, 2009a, p. 174).

A padronização identitária existe meramente na aparência; o reconhecimento de classe é somente superficial. Sob o vínculo econômico (que pode ser dissolvido a qualquer momento), existem inúmeras identidades que, se colocadas em evidência, desestabilizariam todo o grupo. O que Ana Clara deseja é unicamente a segurança e o conforto talvez contidos nas boas condições econômicas.

Embora já exista um amplo arcabouço de possibilidades identitárias, as negociações interpessoais e os movimentos de territorialização e de reterritorialização ocorridos entre comunidades e indivíduos aumentam ainda mais esse grande número de identidades: a “discussão sobre identidades sugere a emergência de novas posições e de

novas identidades, produzidas, por exemplo, em circunstâncias econômicas e sociais cambiantes” (WOODWARD, 2012, p. 20).

Os processos individuais de identificação, portanto, parecem manter uma relação direta com as dinâmicas econômicas, políticas e sociais, caracterizando um processo de alimentação mútua que conecta as mudanças entre indivíduos e grupos humanos mais amplos. Dessa forma, não havendo estabilidade na sociedade nem nas pessoas, as identidades – longe de se estabilizarem em uma quantidade limitada – ampliam-se exponencialmente, intensificando as movências identitárias.

Identidade inacabada, insuficiente e em crise

Em *O mito de Sísifo*, Albert Camus discorre sobre o absurdo, a morte, o suicídio e a liberdade, dentre outros temas. O filósofo/literato relata sobre a situação às vezes conflitante do ser humano no mundo. Ele afirma que, ao contrário de um estado idealizado oriundo de uma nostalgia por um tempo de unicidade que talvez nunca tenha existido, os seres e as relações entre eles são marcados por uma mudança constante:

se, atravessando o abismo que separa o desejo da conquista, afirmarmos com Parmênides a realidade do Um (seja lá o que for), cairemos na ridícula contradição de um espírito que afirma a unicidade total e com essa afirmação prova sua própria diferença e a diversidade que pretendia resolver. Este outro círculo vicioso basta para sufocar nossas esperanças (CAMUS, 2012, p. 32).

Ao questionar a filosofia do Um de Parmênides (filósofo pré-socrático que acreditava na unicidade do ser e das coisas), Camus mostra a possível entrada em um círculo vicioso resultante da crença em um mundo unívoco, sempre igual, sempre o mesmo, no qual a mudança seria inviável e só haveria uma homogeneidade encarceradora. Tão mutável quanto o mundo e as coisas que há nele, o eu se revela instável e fugidio:

quando tento captar este eu no qual me asseguro, quando tento defini-lo e resumi-lo, ele é apenas água que escorre entre meus dedos. Posso desenhar, um por um, todos os rostos que ele costuma assumir, todos também que lhe foram dados, esta educação, esta origem, este ardor

ou estes silêncios, esta grandeza ou esta baixeza. Mas não se somam os rostos: este coração que é o meu permanecerá indefinível para sempre. O fosso entre a certeza que tenho da minha existência e o conteúdo que tento dar a esta segurança jamais será superado. Para sempre serei estranho a mim mesmo (CAMUS, 2012, p. 33).

A metáfora da liquidez – a exemplo de Bauman (2005) – é utilizada para descrever o caráter inapreensível do eu: “este eu [...] é apenas água que escorre entre meus dedos”. As máscaras sociais se evidenciam nos rostos que o eu assume para cada desejo, para cada situação concreta: “todos os rostos que ele costuma assumir”. E tais rostos, em vez de serem exclusivamente escolhidos e exercidos livremente pelo eu, “foram dados” por “esta educação, esta origem, este ardor ou estes silêncios, esta grandeza ou esta baixeza”, havendo uma condução do eu através de certas convenções sociais. Disso resultam tanto o estranhamento em relação a si mesmo (“sempre serei estranho a mim mesmo”), quanto a não decifração do eu (“este coração que é o meu permanecerá indefinível para sempre”).

Esse eu que se desconhece e que procura por si nos faz lembrar das dinâmicas identitárias das meninas de Lygia, as quais não se estabilizam e permanecem em um constante movimento de reunião e de dispersão de identidade. Ao contrário do Um de Parmênides, o que existe é mais uma multiplicidade que liberta o ser, mas que também o angustia: as sucessivas identificações com o Outro dispersam o eu.

Em *A identidade cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall discorre sobre a fragmentação da identidade, processo que se intensificou ao longo do século XX, quando se rompe, definitivamente, a imagem de um *eu* centrado, unificado, que passa a se multiplicar nas mais diversificadas identidades. Com isso, percebemos a existência “não de uma personalidade fixa, mas de uma identidade obstinadamente em devenir” (COMPAGNON³, 2009, p. 57).

Lorena, Lia e Ana Clara, protagonistas de *As meninas*, em vez de uma identidade *única*, têm *fragmentos* de identidades diversas, revelando-se sujeitos extremamente complexos e inconstantes. Seja quanto à classe social, aos valores, à

³ O uso da citação de Antoine Compagnon, em *Literatura para quê?*, deve-se ao fato de esse autor discorrer brevemente sobre o caráter mutante da identidade. Se se tratasse de uma análise mais específica e estendida sobre a questão identitária, prontamente o incluiríamos entre os teóricos e críticos que elencamos para subsidiar o nosso trabalho.

nacionalidade, à sexualidade, à política, ao amor, à linguagem, essas meninas apresentam-se ao leitor como sujeitos inacabados, reticentes, que buscam completar-se na existência. Como já sugerido desde o título da obra, não há um estado de formação fechado: não se trata de *mulheres*, mas de *meninas*, seres ainda em crescimento, em processo de aprendizagem. Essa complexidade das personagens romanescas é comentada por Antonio Candido, em “A personagem do romance”:

O romance moderno procurou, justamente, aumentar cada vez mais esse sentimento de *dificuldade* do ser fictício, diminuir a ideia de esquema fixo, de ente delimitado, que decorre do trabalho de seleção do romancista. Isto é possível justamente porque o trabalho de seleção e posterior combinação permite uma decisiva margem de experiência, de maneira a criar o máximo de complexidade, de variedade, com um mínimo de traços psíquicos, de atos e de ideias. A personagem é complexa e múltipla porque o romancista pode combinar com perícia os elementos de caracterização, cujo número é sempre limitado se os compararmos com o máximo de traços humanos que pululam, a cada instante, no modo de ser das pessoas (CANDIDO, 2009, p. 59-60, grifo do texto).

Se as personagens de *As meninas* são complexas e fragmentadas, as pessoas reais seriam exponencialmente ainda mais complexas e fragmentadas, visto “que há afinidades e diferenças essenciais entre o ser vivo e os entes de ficção, e que as diferenças são tão importantes quanto as afinidades para criar o sentimento de verdade, que é a verossimilhança” (CANDIDO, 2009, p. 55).

No contexto de publicação do romance, Lygia Fagundes Telles, mediante suas três protagonistas essencialmente distintas, dá voz à mulher, ainda vítima do silêncio, ou melhor: dá voz a *mulheres*, que efetivam a liberdade por meio do exercício da diferença: não se apresenta uma figura feminina centrada, coesa, definida, mas *esboços femininos* abertos a mudanças, visto estarem em interminável processo de formação. Suas personagens, contudo, transcendem a questão do gênero e mostram que essa multiplicidade atinge o ser humano, de forma geral, em sua(s) identidade(s) e cultura(s), evidenciando que a autora capta a fragmentação humana e as transformações pelas quais a sociedade passava, transpondo-as para a sua obra.

O espaço do romance é majoritariamente um pensionato de freiras, onde as três meninas, universitárias, enfrentam, no ano de 1973, a cidade de São Paulo, urbe representativa da multiplicidade constitutiva de nosso país e na qual os fluxos

migratórios desembocaram importantes amostras dos mais diversos lugares do Brasil e do mundo. A cidade, o homem, a narrativa e as personagens são fragmentados porque a modernidade tudo fragmenta. Stuart Hall abre seu livro com a constatação de que

as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2005, p. 7).

É esse processo de transformação das identidades que Lygia Fagundes Telles captura do mundo e transpõe para as protagonistas de *As meninas*. Já não há mais o “sujeito do Iluminismo” (HALL, 2005, p. 10), centrado, individualista, unificado, racional, cuja essência era imutável: essência que com ele nascia e com ele se mantinha ao longo de sua existência; nem há mais o “sujeito sociológico” (HALL, 2005, p. 11), interativo, que – não sendo autônomo nem autossuficiente – se forma mediante a relação com o outro, com a sociedade e com a cultura: a identidade seria a costura que alinha o sujeito à estrutura sociocultural em que está inserido, estabilizando-o. O que há agora é o “sujeito pós-moderno” (HALL, 2005, p. 10), fragmentado, “composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2005, p. 12). E as personagens criadas por Lygia retratam essa fragmentação da identidade.

Enquanto a essência associada ao “sujeito do Iluminismo” revela uma idealização do eu que escapa de qualquer concretude social, a tentativa de apreender as movências dos indivíduos sob o termo “sujeito pós-moderno” também se mostra problemática, haja vista que tais indivíduos possuem como característica a fuga de padrões e a contínua busca por novas formas de identificação, o que os afasta de estereótipos e padronizações.

Em “A questão multicultural”, ensaio do livro *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, Stuart Hall afirma que a identidade – assim como o multiculturalismo – deve ser tratada como algo “sob rasura”, pois essa expressão refletiria a falta de estabilidade que os construtos identitários contêm.

E não só as identidades estariam desestabilizadas, mas também as tradições, que “variam de acordo com a pessoa, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa, e constantemente são revisadas e transformadas” (HALL, 2013, p. 73). Se as próprias tradições, que originalmente serviriam para embasar comportamentos e ações, apresentam-se contemporaneamente instáveis, as construções identitárias individuais fazem-se ainda mais múltiplas e fragmentadas.

Por relação metonímica, se os indivíduos são cambiantes e identitariamente nômades, as comunidades que abrigam esses indivíduos e que são formadas por eles também o são. E, na intercomunicação entre essas comunidades, as variações se evidenciam:

Há notável variação, tanto em termos de compromisso quanto de prática, entre as diferentes comunidades ou no interior das mesmas – entre as distintas nacionalidades e grupos linguísticos, no seio dos credos religiosos, entre homens e mulheres ou gerações (HALL, 2013, p. 73).

O diálogo entre comunidades diferentes se dá basicamente através do comércio, dos fluxos humanos ocasionados por migrações e das comunicações e trocas culturais promovidas pela internet, por outros meios de informação e pela divulgação da arte em geral. Nessas movimentações comerciais e humanas, ocorrem as influências mútuas entre identidades. Às vezes pacíficas, às vezes conflitantes, esses cruzamentos identitários se materializam nos indivíduos:

Jovens de todas as comunidades expressam certa fidelidade às “tradições” de origem, ao mesmo tempo em que demonstram um declínio visível em sua prática concreta. Declaram não uma identidade primordial, mas uma *escolha* de posição do grupo ao qual *desejam* ser associados. As escolhas identitárias são mais políticas que antropológicas, mais “associativas”, menos designadas (HALL, 2013, p. 73-4, grifo nosso).

Notem-se as palavras grifadas. *Jovens*, *escolha* e *desejam*. Majoritariamente, a juventude evidencia mais claramente as oscilações identitárias, a exemplo das meninas de Lygia. Talvez devido à maior liberdade e à menor necessidade de se estabilizar. A questão do *desejo* mostra a *consciência* na construção das identidades, que não tendem

mais a ser impostas, mas autonomamente *escolhidas*. Essa consciência identitária estaria em oposição com a ideia de uma identidade inata ou primordial.

Entre as mudanças nas comunidades amplas e as transformações individuais, haveria uma variação microssituada dentro da própria instituição familiar: “grandes modificações estão ocorrendo nas comunidades étnicas e cada família tem se tornado um terreno de lutas reprimidas ou explosivas. [...] Cada família chega às suas próprias conclusões experimentais” (PAREKH *apud* HALL, 2013, p. 74).

Nós, contudo, ampliaríamos o escopo dessa consideração de Parekh: as alterações não se dariam somente em comunidades étnicas, mas em toda e qualquer comunidade. No Brasil, por exemplo. A família de Lia, filha de uma baiana e de um imigrante alemão desertor da II Guerra Mundial, ilustra esses atritos. A primeira oscilação identitária da personagem ocorre ainda no seio familiar, quando sua mãe fala e seu pai silencia em relação a um caso amoroso que Lia mantém com uma amiga. É a figura materna que tenta reverter a formação identitária sexual da filha.

Já a mãe de Lorena se aventura com amantes sempre mais jovens do que ela, enquanto o pai da personagem reside em um sanatório. Novamente a figura materna oprime a opção da filha de manter-se virgem e se mostra preocupada devido à amizade que a filha mantém com uma moça tão masculinizada, a Lia. A mãe de Ana Clara, antes de suicidar-se, também expôs a filha a muitos casos amorosos, trazendo-lhes sucessivos e breves padrastos. Certamente, a conjuntura familiar influencia na construção identitária, seja positiva, seja negativamente.

As meninas é uma narrativa que possui a cidade de São Paulo como espaço. E, ao pensarmos nas possíveis influências do ambiente sobre as personagens, percebemos que esse espaço cosmopolita pode interferir fortemente na construção identitária dessas meninas. Stuart Hall (2013) discorre sobre essas “comunidades cosmopolitas”, nas quais as configurações culturais se apresentam múltiplas, levando a ocasionais processos de transculturação. Sendo uma cidade que recebeu e ainda recebe fluxos migratórios nacionais e internacionais, sua população tende a uma maior multiplicidade identitária. No romance, porém, a única sugestão dessa identidade geográfica parte da personagem Lorena, que tece alguns comentários eivados de preconceitos contra a região Nordeste do Brasil, como será mostrado no terceiro capítulo.

Ao citar Laclau para discorrer sobre hibridização, Stuart Hall possibilita a construção de um conceito como o de *identidades híbridas*, que seriam identidades abertas, aptas e dispostas a receber influências externas, como um meio de fortalecer-se identitariamente, e não de enfraquecer-se:

hibridização não significa necessariamente um declínio pela perda de identidade. Pode significar também o fortalecimento das identidades existentes pela abertura de novas possibilidades. Somente uma identidade conservadora, fechada em si mesma, poderia experimentar a hibridização como uma perda (LACLAU, 1996 *apud* HALL, 2013, p. 97).

Esse fortalecimento não seria uma negação de influências, não seria um fechamento ao que vem de fora, ao que vem do outro. Pelo contrário, uma identidade híbrida traria a possibilidade de abertura a novas identidades, o que significaria uma forma de progresso, e não de declínio. A aceitação desse abrir-se ao outro talvez seja a solução para alguns – quiçá muitos – dos problemas identitários.

A liquidez da construção identitária

Em *Identidade*, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman problematiza fortemente o conceito de “identidade” na contemporaneidade, afirmando tratar-se de “um tema de graves preocupações e agitadas controvérsias” (BAUMAN, 2005, p. 16). É desse autor a noção de *liquidez*, metáfora utilizada por ele para apreender e explicar mais facilmente as dinâmicas moventes do mundo atual.

Bauman declara que “o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17). É interessante a autonomia que o sociólogo acredita haver nos sujeitos em relação às suas opções identitárias: “as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’” (BAUMAN, 2005, p. 17).

Esse desejo de se ater a uma identidade revela o caráter consciente de um construto identitário, que se diluiria facilmente caso o indivíduo alterasse sua vontade de pertencimento a um dado padrão de comportamento ou a um grupo: “a ideia de ‘ter uma identidade’ não vai ocorrer às pessoas enquanto o ‘pertencimento’ continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa” (BAUMAN, 2005, p. 17-8).

A necessidade de se estar vinculado a um grupo – o que traria a sensação, às vezes enganosa, de pertencimento – funcionaria como um empecilho quanto à construção identitária individual, que buscaria constantemente adequar-se à construção identitária grupal ou comunitária.

O próprio Bauman se utiliza como exemplo para expressar essa questão identitária indefinida. Ele, que nasceu na Polônia e escolheu a Grã-Bretanha para viver, vê-se como um “deslocado” em relação à sua nacionalidade: “o que todos esperavam de mim, e ainda esperam, é que eu me autodefinia, e que eu tenha uma visão ponderada, cuidadosamente equilibrada e ardentemente definida da minha identidade” (BAUMAN, 2005, p. 18). O autor entende a identidade como um problema complexo que remete a um conjunto amplamente múltiplo de temas; daí a dificuldade – e até a impossibilidade – de se estabelecer *um* padrão identitário:

a descoberta de que a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único, é um aspecto que compartilho com um número muito maior de pessoas, praticamente com todos os homens e mulheres da nossa era “líquido moderna”.

As peculiaridades da minha biografia apenas dramatizaram e colocaram em pleno destaque um tipo de condição que hoje em dia é bastante comum, a caminho de se tornar quase universal. Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados (BAUMAN, 2005, p. 18-9).

Note-se a expansão que o autor faz sobre a problemática identitária: não se trataria de algo situado individual nem geograficamente, mas um assunto que perpassa, a cada dia, um número maior de pessoas e em sociedades diferentes. A globalização oficialmente instituída, a celeridade da vida atual e o excesso de informações a que estamos submetidos interferem fortemente nisso.

Sendo “comunidade” o agrupamento humano definido por identidades em comum, Bauman afirma que, ao longo da vida, quase todo indivíduo perpassa várias comunidades, o que evidencia as constantes transmutações identitárias individuais:

Poucos de nós, se é que alguém, são capazes de evitar a passagem por mais de uma “comunidade de ideias e princípios”, sejam genuínas ou supostas, bem-integradas ou efêmeras, de modo que a maioria tem problemas em resolver (para usar os termos cunhados por Paul Ricoeur) a questão da *la mêmète* (a consistência e continuidade da nossa identidade com o passar do tempo). Poucos de nós, se é que alguém, são expostos a apenas uma “comunidade de ideias e princípios” de cada vez, de modo que a maioria tem problemas semelhantes com a questão da *l’ipséite* (a coerência daquilo que nos distingue como pessoas, o que quer que seja) (BAUMAN, 2005, p. 19, grifo do texto).

A cada passagem por uma nova comunidade, o sujeito adaptar-se-ia a ela para tentar reproduzir os padrões comunitários. A estabilidade de permanecer em apenas uma dessas comunidades é quase impossível, comprometendo seriamente *la mêmète*. O ir e vir por entre essas comunidades, entretanto, não abalaria *l’ipséite*, visto que esta seria possível em todos os agrupamentos comunitários, e não especificamente em um deles.

A liquidez, portanto, é visualizada nesse movimento constante por entre esferas identitárias diferentes. E Bauman relata o desconforto de flutuar entre identidades, o que pode gerar angústias e perturbações:

Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja, sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaíam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora (BAUMAN, 2005, p. 19).

Esse desconforto e essa angústia intensificar-se-iam ainda mais quando as identidades que moldam o sujeito são impostas, ao invés de autônoma e legitimamente escolhidas. O autor discorre sobre esse perigo de tomar para si os traços identitários alheios:

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. Quanto

mais praticamos e dominamos as difíceis habilidades necessárias para enfrentar essa condição reconhecidamente ambivalente, menos agudas e dolorosas as arestas ásperas parecem, menos grandiosos os desafios e menos irritantes os efeitos (BAUMAN, 2005, p. 19-20).

Ter consciência de que as identidades são múltiplas e de que podem ser tanto eleitas quanto impostas seria uma arma que o sujeito teria para precaver-se e defender-se contra essa grande problemática, pois há sempre valoração e hierarquização nas configurações identitárias, levando os indivíduos não só a julgar os comportamentos alheios, mas também a serem julgados.

Mas, afinal, o que é identidade? Zilá Bernd afirma que Claude Lévi-Strauss, em *L'identité*, define “identidade como uma entidade abstrata, sem existência real, mas indispensável como ponto de referência” (BERND, 2011, p. 16). Esse “ponto de referência” teria a função de situar os indivíduos, identificando-os em relação a inumeráveis referentes de ordem diversa, como psicológica, histórica, política, sexual, sociológica, cultural, biológica, nacional, linguística, geográfica, econômica, religiosa, racial (conceito não científico e meramente ideológico), étnica, filosófica, etc.⁴

Em *Literatura e identidade nacional*, a autora discorre sobre aspectos gerais da identidade e sobre a literatura do Brasil para, depois, mostrar a importância que nossa literatura teve – e ainda tem – para a formação da identidade brasileira. Naturalmente, além do discurso literário, outros discursos também participam da construção identitária nacional: político, histórico, econômico, cultural, etc.

Se as tendências literárias vão mudando ao longo do tempo, isso sinaliza que nossas identidades também se atualizam. Até o período do Modernismo, nossa literatura acompanhava os movimentos europeus; já a partir da vanguarda modernista, a arte literária brasileira começa a desenvolver seus próprios traços, indicando uma formação identitária nacional mais autônoma.

Zilá Bernd afirma que “não existe ‘um’ caráter nacional, nem uma ‘essência’ brasileira” (BERND, 2011, p. 12). O que há são configurações identitárias plurais que representam alguns grupos sociais brasileiros em determinado período – tudo situado

⁴ É importante ressaltar que nenhum desses âmbitos encontra-se isolado, pois sempre em diálogo constante com outros. Assim, a identidade nacional, por exemplo, pode incluir a identidade linguística, a geográfica e a cultural, dentre outras.

temporariamente, geograficamente, e nunca de uma forma ampla homogeneizante. Da mesma forma, as identidades individuais também se mostram sempre contingentes, circunstanciais, relativas.

As identidades móveis e plurais brasileiras mantêm claramente uma relação metonímica com as identidades individuais dos brasileiros, evitando-se, com isso, o “desaparecimento do ‘eu’ individual em favor de um ‘nós’ coletivo que pode tender ao monologismo e à coesão onde as vozes dissidentes são dificilmente admissíveis” (BERND, 2011, p. 16).

Assim como os outros autores que selecionamos para a nossa pesquisa, a professora Zilá Bernd também entende o caráter cambiante das construções identitárias:

A busca de identidade deve ser vista como processo, em permanente movimento de deslocamento, como *travessia*, como uma formação descontínua que se constrói através de sucessivos processos de reterritorialização e desterritorialização, entendendo-se a noção de “território” (DELEUZE; GUATTARI, 1977) como o conjunto de representações que um indivíduo ou um grupo tem de si próprio (BERND, 2011, p. 12, grifo do texto).

Como ocorre com a liquidez de Bauman, e ainda com a fragmentação de Hall, a identidade é vista por Zilá como algo em um movimento contínuo, em processo, em descontinuidade. A “travessia” – expressão certamente tomada de empréstimo de João Guimarães Rosa – adjectiva essa busca, esse deslocamento que transgride territórios individuais e de grupos sociais.

A autora reitera a qualidade dual dos construtos identitários, que se utilizam de um referente externo para afirmar um *eu* interno: a “identidade é um conceito que não pode afastar-se do de *alteridade*: [...] é impossível conceber o ser fora das relações que o ligam ao outro” (BERND, 2011, p. 17, grifo do texto).

O outro, portanto, seria vital para que o *eu* tente definir-se: a “consciência de si toma sua forma na tensão entre o olhar sobre si próprio – visão do espelho, incompleta – e o olhar do outro ou do outro de si mesmo – visão complementar” (BERND, 2011, p. 17). Percebe-se, assim, a insuficiência do *eu* na tentativa de construir-se, pois o outro sempre será necessário como os olhos que enxergam a partir de outros pontos de vista, trazendo-lhe novas perspectivas.

Outra imagem interessante que a autora utiliza para ilustrar as características da identidade é a de *mosaico*, que remete ao conceito de fragmentação de Stuart Hall. Ao romper a pretensão de unicidade, as identidades se revelam múltiplas:

os conceitos estáveis de “caráter nacional” e “identidade autêntica” são modernamente substituídos por uma noção pluridimensional na qual as identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos de sua história se justapõem para constituir um mosaico. As partes se organizam para formar o todo (BERND, 2011, p. 17).

O mosaico identitário seria constituído por cada parte que forma a identidade – daí seu caráter fragmentado. Essa imagem de pequenas partes diferentes que, unidas, formam um todo, entretanto, pode tornar-se problemática, haja vista que essa aglutinação poderia trazer certa estabilidade. Para a imagem do mosaico poder ser utilizada, é preciso salientar que cada uma dessas partes continua em constante transformação, pois as circunstâncias espaciais, temporais e culturais estão sempre em mutação. Além de fragmentada, a identidade é nômade.

Zilá Bernd ressalta o poder que a arte literária exerce sobre as construções identitárias: “a construção da identidade é indissociável da narrativa e consequentemente da literatura” (BERND, 2011, p. 19). A arte de modo geral – e a literatura especificamente – lida com esse movimento duplo entre realidade e ficção: da mesma forma como a arte se serve da realidade, esta também bebe da arte.

Nisso, explicita-se a função formadora da literatura: enquanto o escritor pode criar suas personagens a partir de seres reais, os indivíduos podem também espelhar seus hábitos, suas ações e suas características em personagens literárias, imitando-as. As meninas criadas por Lygia, portanto, podem tanto ser reflexo de seres concretos, quanto oferecer exemplos de condutas a serem seguidas. Daí o risco que o romance enfrentou ao poder ser censurado pela Ditadura Militar, visto que abriga temas certamente considerados sediciosos para os padrões desse governo.

O romance *As meninas* romperia a “construção de uma identidade do tipo etnocêntrico, que circunscreve a realidade a um único quadro de referências” (BERND, 2011, p. 20), já que nessa narrativa residem personagens que contemplam um amplo espectro de variações culturais, comportamentais e identitárias. Daí a sedição contida na

obra: se o Golpe Militar repreendia toda e qualquer diferença, objetivando manter um padrão social para exercer maior controle sobre os indivíduos, um texto ficcional como o de Lygia poderia abrir espaço para a contestação dessa “igualdade” imposta, o que geraria atritos entre o governo e a população.

A distopia criada por Aldous Huxley em *Admirável mundo novo*, publicado em 1932, ilustra hiperbolicamente essa manipulação social que o Estado pode exercer sobre as liberdades individuais. Sob o *slogan* “Comunidade, Identidade e Estabilidade”, o governo desse mundo distópico conduz a população de um modo tão profundo e cerceado que ela passa a acreditar na naturalidade de toda a vida social, o que faz com que esse controle torne-se imperceptível.

Contrapondo-se diametralmente às personagens homogêneas de Aldous Huxley, as três meninas lygianas revelam identidades destoantes não só entre essas meninas, mas em relação a si mesmas. Lia, por exemplo, ao saber da morte de Ana Clara, questiona sua própria crença de que todos devem, sozinhos, enfrentar situações difíceis para que haja algum crescimento pessoal: “Eu devia ter feito alguma coisa por ela e o que fiz? Discurso. Essa puta vocação pra discurso” (TELLES, 2009, p. 262).

Além de, após o choque resultante da notícia da morte, questionar-se quanto à forma dura com que trata os outros, pensando sobre a possibilidade de que um tratamento mais ameno não pudesse surtir efeitos mais positivos, a personagem critica sua inclinação para o discurso, e o uso de um palavrão (“Essa *puta* vocação”) ratifica a raiva contra si mesma.

Com isso, Lia questiona sua identidade voltada para a persuasão verbal e pensa se uma identidade mais prática, ligada mais estritamente à ação, não seria mais eficaz em situações complicadas como a que Ana Clara havia enfrentado até a morte.

Esses construtos identitários cambiantes condizem com esta afirmação derridiana: uma “identidade nunca é dada, recedida ou atingida; só permanece o processo interminável, indefinidamente fantasmático da identificação” (DERRIDA *apud* BERND, 2011, p. 21).

Jacques Derrida, com isso, avalia que, em vez da *identidade*, os *processos de identificação* definiriam melhor a forma como os indivíduos se enxergam e *tentam* se

manter identitariamente. Sobre esse *processo contínuo de identificação*, Zilá Bernd se posiciona como o filósofo argelino:

Colocamo-nos na mesma perspectiva da citação anterior que prefere substituir o conceito de identidade e sua tentação à imobilidade e à cristalização, pelo de *identificação* que contém em si a noção de processo, necessária e até mesmo indispensável quando se pretende, por uma razão ou por outra, pensar a identidade (BERND, 2011, p. 21, grifo do texto).

Ao analisarmos a alternância identitária de Lia, Ana Clara e Lorena, percebemos que uma identidade não consegue se firmar. O que há são tendências de identificação, que se transformam sempre – e às vezes bastante rapidamente. Imaginar uma identidade permanente seria idealizar e falsear os comportamentos humanos, que se modificam em conformidade com necessidades, convenções e desejos, certamente desde sempre e acentuadamente no mundo atual.

Ana Clara, no presente, busca apagar as reminiscências que permanecem teimosamente em sua memória. O passado guarda sua identidade associada à pobreza e a carências, por isso ela constrói uma nova realidade, distinta daquela de outrora e que se projeta no futuro: “Eu não quero mais lembrar e lembro. Sei que a infância acabou tudo acabou e que ela [sua mãe] era uma. No ano que vem vai começar tudo novo e tudo bom e eu posso viver como se não tivesse atrás esse começo” (TELLES, 2009a, p. 85). A essa negação do passado corresponde uma negação de uma identidade.

Para Sigmund Freud, “os atos de identificação são a base da formação do ego” (BERND, 2011, p. 24). Esse ego, contudo, jamais alcançaria uma formação plena e estanque, o que o coloca em constantes transformações:

Segundo Hans U. Gumbrecht, o conceito moderno de identidade, afastando-se do caráter de essencialidade que assumiu no decorrer do século XIX, derivaria sobretudo dos postulados freudianos alicerçados na harmonia entre diferentes momentos de identificação (BERND, 2011, p. 24).

O *ego* não seria formado juntamente com a criança durante a infância nem se apresentaria plenamente construído na fase adulta. Por haver, ao longo da vida, esses

“diferentes momentos de identificação”, o ego os acompanha, modificando-se constante e ininterruptamente.

Neste sentido, a concepção de Édouard Glissant converge com a de Derrida no que tange a este caráter inacabado da identidade e, portanto, à vantagem de substituí-la por “identificação”, que contém em si a ideia de movimento e de incompletude. O ensaísta antilhano funda, portanto, sua noção de identidade – sobretudo para os países de situação pós-colonial – no elogio da errância, onde os conceitos não se imobilizam, sendo percebidos como fazendo parte de um processo em perpétua transformação (BERND, 2011, p. 24-5).

Essa lógica do movimento ratifica a necessidade dos “dispositivos identitários de se construírem e se reconstruírem no próprio percurso de sua determinação” (BERND, 2011, p. 25). Determinação esta que se torna inviável, haja vista a liquidez do mundo moderno. Já a incompletude identitária explicita que os indivíduos estão sempre em formação e, por isso, buscam o outro para tentar completar-se. Ao retomar Glissant, a autora esclarece que a identidade também é marcada pela *deriva*:

O conceito de deriva permite, assim, relançar o debate identitário como processo em perpétua e indispensável movência. Neste modelo, pensa-se a identidade não como o fortalecimento de uma raiz única, mas como rizoma, ou seja, a raiz multiplicada que se abre em busca do outro, aceitando o múltiplo e o diverso como base da (re)elaboração identitária (BERND, 2011, p. 27).

Acreditamos que essas diferentes adjetivações fornecidas por esses autores diversos possam dar mais subsídios para a nossa pesquisa, ao mostrar que a flutuação das identidades é captada por diversos estudiosos, os quais se valem de palavras e perspectivas distintas para tentar esclarecer as mesmas dinâmicas humanas que se encontram disseminadas por todo o mundo, e não situadas unicamente em determinada sociedade.

Somando-se aos já citados, Michel Maffesoli, em *Du nomadisme: vagabondages initiatiques* (1997), utiliza o termo “nomadismo” para falar sobre identidades:

No nomadismo permanece um sonho dominante que lembra o instituinte e por isso mesmo relativiza o peso mortífero do instituído. [...] [as comunidades e os seres] interpretam papéis diversos através de identificações múltiplas (MAFFESOLI *apud* BERND, 2011, p. 27).

É, portanto, a partir de Maffesoli que se entendem as identidades como nômades. A exemplo da fixação estabelecida pelos colonizadores sobre o nomadismo indígena (fixando-os para dominá-los), o estabelecimento de uma identidade social unívoca evidencia uma forma de dominação ideológica. Identidades nômades possibilitariam, assim, uma maior liberdade aos indivíduos, os quais não se ateriam a padrões estabelecidos e viveriam suas escolhas autonomamente. Dessarte, o pensamento de Maffesoli

converge, portanto, com o de Glissant e o de Derrida: a identidade não é um alvo a ser atingido, mas algo que se vive na tensão, em uma permanente incompletude. Associando a metáfora do deslocamento embutida no nomadismo, os autores procuram afastar de suas concepções identitárias qualquer suspeita de tendência fundamentalista – tendência para a qual podem descambar facilmente as obsessões identitárias (BERND, 2011, p. 27).

Nesse posicionamento, evita-se a crença em uma única identidade, levando-nos a entender os processos de identificação como múltiplos, e não unívocos. O idealismo identitário pode ser nocivo quando existem a exclusão da diferença e o fundamentalismo que agride o outro, seja física, verbal ou simbolicamente. Uma possível solução para que isso seja evitado seria tornar a identidade mais relativa, menos absoluta, pois “deve haver, em todo processo identitário, seja ele de natureza étnica, nacional, cultural ou religiosa, uma salutar dose de ambiguidade, de ambivalência, de aceitação da diversidade constitutiva de qualquer estado da sociedade” (BERND, 2011, p. 27).

Se ocorrer uma tendência à fixação, esta logo se diluirá, evitando-se que se aprisione o comportamento humano em uma via estabelecida de conduta, e combatendo a propagação de atitudes puristas e expurgadoras da diferença. “Assim, a(s) identidade(s) – é sempre melhor usar a palavra no plural! – se constituiria(m) na tensão entre o apelo do enraizamento e a tentação da errância” (BERND, 2011, p. 27).

Em “A produção social da identidade e da diferença”, capítulo de *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*, Tomaz Tadeu da Silva evidencia que “identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência” (SILVA, 2012,

p. 74). Simplificadamente, entende-se que, para tentar se estabelecer, os traços identitários são autossuficientes:

Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir “identidade”. A identidade é simplesmente aquilo que se é: “sou brasileiro”, “sou negro”, “sou heterossexual”, “sou jovem”, “sou homem”. A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e autossuficiente.

Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ela é italiana”, “ela é branca”, “ela é homossexual”, “ela é velha”, “ela é mulher”. Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe (SILVA, 2012, p. 74).

No entanto, o igual e o diferente não existem isoladamente: um depende do outro para se afirmar; sem um, o outro não possui um referente ao qual possa opor suas características. É por isso que, para que haja identidade, necessita-se mais do diferente do que do igual:

Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. “Sou brasileiro” – ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que *não* são brasileiros. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, é exatamente isto que ocorre com nossa identidade de “humanos”. É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que “somos humanos” (SILVA, 2012, p. 75, grifo do texto).

Dessa forma, vê-se claramente que a identidade se baseia na diferença: em si mesmos, os construtos identitários são insuficientes e, por isso, necessitam do diferente para tentar firmar-se. Em relação às protagonistas de Lygia Fagundes Telles em *As meninas*, Ana Clara se reconhece pobre por causa de Lorena, que é rica; esta sabe que é refinada devido à Lia, que não dá atenção a “detalhes de fineza”; esta sabe que não é alienada politicamente mediante Lorena, que se isola do mundo em seu quarto-concha; Lorena se enxerga feia graças à beleza estonteante de Ana Clara etc.

A trindade de personagens vai criando inter-relações identitárias, tentando definir-se em relação uma à outra. Por vezes, existe um projetar-se nesse outro. Quando isso ocorre, as identidades se liquidificam: Lia, ao sentir-se delicada e frágil como Lorena, bifurca-se em uma via dupla entre pragmatismo e idealização do mundo; Lorena, ao pensar sobre a sexualidade intensa e desregrada de Ana Clara, imagina-se desinibida sexualmente e concretizando o fim de sua virgindade; Ana Clara, ao se deparar com o mundo rico e confortável de Lorena, forja para si um futuro em que será tão rica que se permitirá futilidades, ócios e despreocupações.

Outra discussão importante que Tomaz Tadeu da Silva ressaltava é sobre o caráter artificial da identidade. Esta não é um dado natural, preexistente. Trata-se de uma construção linguístico-discursiva que se estabelece como meio de distinção entre sujeitos:

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de *criação* significa dizer que não são “elementos” da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais.

Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação *linguística* significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a tomá-las como dadas, como “fatos da vida”, com frequência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais (SILVA, 2012, p. 76-7, grifos do texto).

Ao atentar para esse dado, percebemos que a identidade é algo inteiramente arbitrário. Alguém a forja, passa a acreditar nela, surgem seguidores que partilham dessa crença, e um monumento identitário se erige. Até que surja outro que o desfaça, rompendo com a estabilidade de outrora para que haja espaço para que um outro monumento se arquitecte.

Perceber esse caráter de *construção* é importante para que se evitem idealismos e fundamentalismos em torno de identidades. Em um contexto de contenção e repressão

sociais efetivadas pela Ditadura Militar no Brasil, *As meninas* é um romance que contesta padrões comportamentais estabelecidos e impostos pelo poder estatal.

Lia renega o pretense bem-estar social que o governo lhe poderia trazer: abre mão de um futuro idealizado em que a felicidade viria com a família, com os filhos, e se lança em planos contra a Ditadura, tornando-se uma guerrilheira urbana em potencial. Lorena investe em um relacionamento adúltero, ainda que permaneça não concretizado. Ana Clara mergulha em drogas e sexo desregrado, abandonando a vida de estudante e as promessas que sua beleza lhe proporcionaria.

Tomaz Tadeu da Silva elabora uma associação entre instabilidades: a linguagem e a identidade seriam instáveis, pois se instalam em zonas de sucessivas movências. O signo, que lida diretamente com ambas e é marcado pela arbitrariedade e pelas contingências históricas, sociais e culturais, faz-se instável:

se é verdade que somos, de certa forma, governados pela estrutura da linguagem, não podemos dizer, por outro lado, que se trate exatamente de uma estrutura muito segura. Somos dependentes, neste caso, de uma estrutura que balança. [...] o processo de significação é fundamentalmente indeterminado, sempre incerto e vacilante. Ansiamos pela presença – do significado, do referente (a coisa à qual a linguagem se refere). Mas na medida em que não pode, nunca, nos fornecer essa desejada presença, a linguagem é caracterizada pela indeterminação e pela instabilidade (SILVA, 2012, p. 80).

A imbricação inextricável entre identidade e linguagem cria uma espécie de contágio que parte desta para aquela, instabilizando-a. Se o suporte discursivo é incerto, a identidade também o será:

Na medida em que são definidas, em parte, por meio da linguagem, a identidade e a diferença não podem deixar de ser marcadas, também, pela indeterminação e pela instabilidade. [...] Em suma, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem (SILVA, 2012, p. 80).

Sabendo-se que “a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva” (SILVA, 2012, p. 81), torna-se claro que quem detém o poder sobre a criação dos símbolos e sobre a língua possui, também, influências sobre a determinação de identidades e de diferenças:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade (SILVA, 2012, p. 81).

Ao eleger para si suas próprias identidades, os grupos detentores de poder forjam um mar de exclusividade, do qual excluem aqueles que não devem participar. A questão está exatamente em “não *dever* participar”, e não em “não *poder* participar”. Ana Clara busca a ascensão social, que lhe apagará sua identidade relacionada à pobreza. Lorena, contudo, vê a colega como indigna de tal status, pois ela não possui o “refinamento” necessário para tanto.

Por outro lado, uma das alternâncias identitárias visadas por Lorena reside em um aspecto que não é fechado: a sexualidade. Ainda que seja atormentada pelo tabu da virgindade, a personagem se projeta na liberdade sexual de Ana Clara, passando a invejá-la por sua versatilidade em relação ao seu amante, Max. Como afirma o autor, os fatores materiais, ideológicos e simbólicos se misturam por entre as vias identitárias:

A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes.

Podemos dizer que onde existe diferenciação – ou seja, identidade e diferença – aí está presente o poder. A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas (SILVA, 2012, p. 81).

Quando uma personagem se enxerga diferente das outras, existe, implícito nesse julgamento, um critério de valor que as hierarquiza, seja inferior, seja superiormente. Visando, por vezes, a superação dessa distinção, desse mal-estar oriundo da exclusão, elas se projetam na alteridade, na diferença que habita a identidade do outro, e nisso ocorre uma diluição identitária: ao querer ser o que o outro é, que geralmente é diferente

de mim, eu deixo de ser o que eu sou – ou penso que sou – e passo a ser – ou pelo menos passo a querer ser – o que o outro é – ou pensa que é.

Lia, ao desejar uma vida pacata, serena e cheia de filhos, afasta-se de seu ímpeto revolucionário. Porém logo se julga destoante em relação a esse modo de vida, voltando a investir em seus planos contra a Ditadura Militar. Nessa volição bifurcada, sua identidade se fragmenta.

A diferença e a identidade, contudo, não são meras delimitações. Além de marcarem posições, elas hierarquizam, revelando relações de poder. Ao incluir, elas também excluem. Ao se afirmar, elas negam o outro para preservar espaço para si.

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. [...] A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder (SILVA, 2012, p. 82).

Quando Lorena se afirma descendente de bandeirantes, ela exclui Ana Clara e Lia, visto que estas, respectivamente, vêm de uma família sem sobrenome e da Bahia. A burguesia paulista, ainda que decadente e despedaçada, é ratificada como motivo de orgulho e de superioridade: os que vêm de fora (Lia) e os sem ascendência “elevada” (Ana Clara) são inferiores e jamais perderão a mácula dessa inferioridade.

Algo que está estritamente relacionado à identidade e à diferença é a *classificação*. Por meio dela, pode-se exercer certo controle social, estereotipando-se indivíduos, atribuindo-lhes etiquetas.

O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o

privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados (SILVA, 2012, p. 82).

Essa valoração pretensamente positiva é o que Ana Clara ensina ao planejar sua ascensão social. Subalternizada pela origem social pobre, o dinheiro é o principal meio que a personagem vê para ser bem vista pela sociedade. Outra forma de superar sua condição está em concluir seu curso superior de Psicologia, o que lhe traria o (incerto) status de intelectual.

De acordo com o filósofo francês Jacques Derrida (*apud* SILVA, 2012), as classificações, além de hierarquizarem, criam binarismos em que um dos termos é sempre e necessariamente colocado acima do outro. Essas oposições binárias polarizam as classes sociais e os indivíduos, imputando-lhes graus de superioridade e de inferioridade. As simetrias são rompidas e há sempre um grupo privilegiado, que recebe valor positivo enquanto o outro é taxado como negativo.

Em *As meninas*, notamos que as protagonistas conseguem relativizar essa carga de privilégios, haja vista o fato de oscilarem entre identidades, problematizando hierarquias e classificações.

Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam.

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como *uma* identidade, mas simplesmente como *a* identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais (SILVA, 2012, p. 83, grifo do texto).

Tendo em vista o contexto histórico de publicação de *As meninas*, a personagem Lia é a que mais se desvia do padrão identitário tacitamente proposto pela Ditadura Militar brasileira. A taxação de “subversiva” explicita isso facilmente. Enquanto Lorena

segue, na maior parte do tempo, o padrão de normalidade ao se acomodar com a forma de governo estabelecida pelo Golpe Militar de 1964, Lia, ao contrário, empenha-se aguerridamente contra o Estado, panfletando sobre democracia, buscando fazer denúncias de perseguições, prisões, torturas, exílios e mortes, criando grupos de opositores ao governo. Dessa forma, se Lorena é a normal, Lia passa a ser a anormal, a subversiva.

Ana Clara, do mesmo modo, ao consumir tão frequentemente drogas ilícitas, representa outro ponto de anormalidade, pois se desvia do padrão estabelecido. No entanto, a própria Lorena também se distancia do que seria “natural”, pois anseia pela desintegração de um casamento para, então, concretizar o seu amor por M.N. Dessarte, os ideais amorosos burgueses são suspensos por ela, cabendo à Lia a retomada deles, pois a semiguerrilheira urbana idealiza um relacionamento bastante convencional com Miguel, seu namorado que se encontra na condição de preso político na Argélia.

Com isso, havendo sempre o desviante, como tão bem registrado por Lygia Fagundes Telles, o dito normal não consegue se estabelecer definitivamente, e outros padrões de diferença surgem para confrontá-lo. Essa disputa, porém, é necessária para que a normalidade possua seus próprios parâmetros de conduta: a “identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido” (SILVA, 2012, p. 84).

Os sucessivos confrontos entre identidades são essenciais para impossibilitar uma sonhada fixação identitária, a qual se torna, por isso, inviável. Enquanto uma identidade pretende se estabelecer, surgem sempre outras diferenças para comprometer qualquer possibilidade de estabilização. Tomaz Tadeu da Silva – bem como os demais autores que selecionamos para a nossa pesquisa – reitera o fato de a identidade não encontrar qualquer estabilidade:

O processo de produção da identidade oscila entre dois movimentos: de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la. É um processo semelhante ao que ocorre com os mecanismos discursivos e linguísticos nos quais se sustenta a produção da identidade. Tal como a linguagem, a tendência da identidade é para a fixação. Entretanto, tal como ocorre com a linguagem, a identidade está sempre escapando. A fixação é uma tendência e, ao mesmo tempo, uma impossibilidade (SILVA, 2012, p. 84).

A aproximação entre identidade e discurso/linguagem promove um maior entendimento quanto ao caráter fluido e movente de ambos. Por mais que haja uma *tendência* à fixação, esta nunca ocorre. Se se percebe alguma angústia nas meninas lygianas, isso se deve à constatação de não poder ancorar-se seguramente em um grupo social, pois fixar-se torna-se improvável: “É necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (SILVA, 2012, p. 85).

Paradoxalmente, a identidade funcionaria como um lenitivo para o bem-estar social, pois criaria uma ficção que uniria – pelo menos temporariamente – as pessoas em um grupo em comum; mas também comprometeria a liberdade individual, visto que toda e qualquer mudança dos indivíduos tenderia a expulsá-los do grupo, haja vista o rompimento do padrão identitário. A liberdade de não se ater a um agrupamento humano poderia trazer angústia; mas a padronização nesse agrupamento comprometeria a liberdade, o que também traria angústia, levando o sujeito a buscar a liberdade – reiniciando-se, dessa forma, todo o ciclo.

Tomaz Tadeu da Silva discorre também sobre os movimentos relacionados à identidade; ele retoma a imagem de liquidez (Bauman) e de fragmentação (Hall):

as metáforas utilizadas para descrevê-los [os movimentos] recorrem, quase todas, à própria ideia de movimento, de viagem, de deslocamento: diáspora, cruzamento de fronteiras, nomadismo. [...] Embora de forma indireta, as metáforas da hibridização, da miscigenação, do sincretismo e do travestismo também aludem a alguma espécie de mobilidade entre os diferentes territórios da identidade. As metáforas que buscam enfatizar os processos que complicam e subvertem a identidade querem enfatizar – em contraste com o processo que tenta fixá-las – aquilo que trabalha para contrapor-se à tendência a essencializá-las (SILVA, 2012, p. 86).

Ainda que haja diferentes nomes para essa liquefação identitária, existe o consenso sobre o fato de a identidade não ser tomada mais como uma essência, como algo fixo e imutável. As nomenclaturas sugeridas por diversos autores são múltiplas, mas todas veem o processo do mesmo modo: as ficções identitárias variam conforme as necessidades e os desejos dos indivíduos.

O caráter híbrido de nossa identidade nacional, por exemplo, ilustra isso muito bem, já que não há um modo de ser padronizado para o *brasileiro*, que pode optar por inúmeras possibilidades de ser e de estar, e tanto dentro da própria nação, quanto fora dela, pois existem identidades que mesclam o nacional e o estrangeiro.

O processo de hibridização confunde a suposta pureza e insolubilidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais, raciais e étnicas. A identidade que se forma por meio do hibridismo não é mais integralmente nenhuma das identidades originais, embora guarde traços delas (SILVA, 2012, p. 87).

Lorena, em vez de manter-se una utilizando-se somente da língua portuguesa para se comunicar e se expressar, recorre a inúmeras outras línguas, como o latim, o francês, o italiano, o inglês e o espanhol. Nisso, o ideal identitário baseado na língua materna se desfaz parcialmente. Lia, oriunda de um cruzamento genético entre uma brasileira (baiana) e um alemão, hibridiza-se fisicamente com os traços maternos e paternos, mesclando a miscigenação nacional com a pretensa pureza alemã. Com isso, o também pretendo poder que certas identidades julgam possuir sobre outras é questionado e abalado:

ao confundir a estabilidade e a fixação da identidade, a hibridização, de alguma forma, também afeta o poder. O “terceiro espaço” (BHABHA, 1996) que resulta da hibridização não é determinado, nunca, unilateralmente, pela identidade hegemônica: ele introduz uma diferença que constitui a possibilidade de seu questionamento (SILVA, 2012, p. 87).

Ao contrário do que ocorreu na Alemanha Nazista da II Guerra Mundial, quando se propôs o equívoco de haver uma raça pura (a ariana), no Brasil, haja vista o caráter híbrido/miscigenado oriundo da união de, no mínimo, três raças⁵ (negra, índia e branca), um idealismo racial dessa natureza seria satisfatoriamente inviável. Principalmente depois dos novos fluxos migratórios, que trouxeram novos povos e etnias de todo o mundo para o nosso país.

Dessa forma, a existência dessa ampla diversidade humana no Brasil é um fator que inibe a existência de fundamentos puristas. Se o nazismo conseguiu, forçadamente,

⁵ O termo “raça” não existe para as Ciências Naturais, tratando-se somente de uma construção ideológica, já que a espécie humana é biologicamente una (HALL, 2013).

distinguir os judeus e os pretensos arianos, a miscigenação brasileira antagonizaria essas desnecessárias distinções e agrupamentos. Em *As meninas*, Ana Clara e Lia representam esse hibridismo biológico – em oposição à Lorena, que se julga inteiramente branca e descendente de bandeirantes, negligenciando a miscigenação que havia entre europeus e africanos ainda em solo português (HOLANDA, 1995).

Em relação à dinâmica móvel da identidade, Tomaz Tadeu da Silva discorre sobre uma metáfora da *viagem*, sobre um *cruzamento de fronteiras* para, a partir dessa imagem viajante, promover uma melhor compreensão sobre as mobilidades identitárias:

“Cruzar fronteiras”, por exemplo, pode significar simplesmente mover-se livremente entre os territórios simbólicos de diferentes identidades. “Cruzar fronteiras” significa não respeitar os sinais que demarcam – “artificialmente” – os limites entre os territórios das diferentes identidades.

[...] é a viagem em geral que é tomada como metáfora do caráter necessariamente móvel da identidade. Embora menos traumática que a diáspora ou a migração forçada, a viagem obriga quem viaja a sentir-se “estrangeiro”, posicionando-o, ainda que temporariamente, como o “outro”. A viagem proporciona a experiência do “não sentir-se em casa” que, na perspectiva da teoria cultural contemporânea, caracteriza, na verdade, toda identidade cultural. Na viagem, podemos experimentar, ainda que de forma limitada, as delícias – e as inseguranças – da instabilidade e da precariedade da identidade (SILVA, 2012, p. 88).

Novamente, numa via de mão dupla, a liberdade (as delícias) e a angústia (as inseguranças) entrelaçam a questão identitária. Num longo percurso histórico iniciado nas primeiras trocas comerciais entre povos, intensificado por meio de guerras e fluxos migratórios, culminado na globalização, as identidades ao redor do mundo vão se misturando, realizando trocas entre si, elaborando novos parâmetros, confundindo-se umas com as outras.

As meninas é um romance que contém protagonistas nessa condição identitária fluida. No contexto de publicação (1973), ser múltiplo poderia contestar o poder de controle exercido pelo governo de então, quando se objetivava criar um falso ambiente de bem-estar social, mesmo que para isso fosse necessário vigiar e punir alguns. Fugir da normalização e da padronização é o que as meninas lygianas fazem – conscientemente ou não:

A possibilidade de “cruzar fronteiras” e de “estar na fronteira”, de ter uma identidade ambígua, indefinida, é uma demonstração do caráter “artificialmente” imposto das identidades fixas. O “cruzamento de fronteiras” e o cultivo propositado de identidades ambíguas é, entretanto, ao mesmo tempo uma poderosa estratégia política de questionamento das operações de fixação da identidade (SILVA, 2012, p. 89).

Para um governo que anseia pelo controle social extremo, indivíduos cujo comportamento é previsível e predeterminado são muito mais facilmente manipulados. Em plena Ditadura Militar, Lygia Fagundes Telles tece três personagens (Lia, Ana Clara e Lorena) que subvertem valores e padrões, forjando-as em um libelo contra o golpe dos militares.

CAPÍTULO III

A DILUIÇÃO DAS MENINAS DE LYGIA EM MÚLTIPLAS IDENTIDADES

Neste capítulo, analisaremos as protagonistas de *As meninas* baseando-nos em seus traços identitários. Há uma tentativa inicial de categorizar alguns desses traços; todavia, muitos deles sendo construídos imbricadamente com outros, faz-se necessário, portanto, tomá-los de modo global, como um conjunto indissociável.

Subjacente a todas as identidades (linguística, econômica, sexual, psicológica, étnica etc.) dessas personagens, existe uma primordial: a identidade feminina. A condição de mulher é indelével e influencia todos os demais traços identitários. Ainda que unidas pela conformação biológica feminina, Lia, Lorena e Ana Clara se distinguem em inúmeros aspectos.

Lorena apresenta uma identidade linguística fragmentada: oscila frequentemente entre língua portuguesa, latim, inglês, francês, alemão, italiano e espanhol. Lia se divide somente entre o português e o espanhol, adotado claramente devido a uma inspiração em seu ídolo revolucionário, Che Guevara. E Ana Clara faz emergir – embora mais raramente – a língua inglesa em seu discurso. Lia tende a ser a mais consciente dessa oscilação identitária, como se percebe nesse diálogo entre ela e Lorena:

- [...] Suba, venha ouvir o último disco de Jimi Hendrix, faço um chá, tenho uns biscoitos maravilhosos.
- Ingleses? – pergunto. – Prefiro nossos biscoitos e nossa música. Chega de colonialismo cultural.
- Mas nossa música não me comove, querida. Se os seus baianos dizem que estão desesperados, acredito, acho ótimo. Mas sem vem John Lennon e diz a mesma coisa, então vibro, fico mística. Sou mística.
- Você é fresca (TELLES, 2009a, p. 18).

Vemos um enfrentamento de pontos de vista entre Lorena, que se abre à cultura estrangeira, e Lia, mais resistente e atada à nacional. A primeira supervaloriza o que vem de fora; a segunda percebe isso como colonialismo cultural: por que enaltecer o que é estrangeiro e menosprezar o que é local? Além desse enaltecimento da cultura

alheia, Lorena se fragmenta entre línguas diversas devido à recorrência do uso desses outros idiomas (grifos do texto):

– Vocês deviam sequestrar o M.N., Lião. Por que é que não sequestram o M.N.? Ele ficaria escondidinho debaixo da minha cama *per omnia saecula saeculorum. Amen* (TELLES, 2009a, p. 19).

Ai meu São Francisco, minha Santa Teresa, *son tan oscuras de entender estas cosas interiores* (TELLES, 2009a, p. 23).

Subo o volume da vitrola. *Get out of here*, ele [Jimi Hendrix] grita já rouco (TELLES, 2009a, p. 34).

A alegria que me dá a ideia de ver em torno a promiscuidade dos sexos se dando sem amor, por aflição, desespero. E o meu. *Virgo et intacto* (TELLES, 2009a, p. 35).

– *Ni ange ni bête* – murmurou Lorena [...]. *To be or not to be. Not to be* (TELLES, 2009a, p. 66).

Nas paredes, retratos seus e de *very important persons* (TELLES, 2009a, p. 68).

Já fez plástica até no pé, usa vestidos de *jeunesse dorée* lá do tempo dela e faz aquelas caras (TELLES, 2009a, p. 71).

He has a god in him. Mas é proibido, já entendi, é o *verboten* que às vezes se crava em mim como um estilete. Em baiano a gente dava um jeito mas em alemão não tem esperança, *verboten, verboten*, oh, língua definitiva. [...] em tudo quanto era reunião ele contava a anedota do tipo que dormia com a própria mulher porque não tinha ninguém melhor na hora, *faute de mieux on couche avec sa femme* (TELLES, 2009a, p. 73).

Se ao menos Fabrizio telefonasse! Cinema das quatro às seis. Hambúrguer com chope, ele adorava chope. *Tu quoque, Fabrici?* (TELLES, 2009a, p. 77).

Salientamos que essa oscilação linguística pode ser tanto um mero efeito inconsciente oriundo do conhecimento de outros idiomas, quanto uma forma de exclusão, um meio de não permitir ser entendida por aqueles que não dominam tais línguas: quando ocorre em fluxos de consciência, o uso dessas diferentes línguas justifica-se mais como um saber que surge automática e inconscientemente; já quando surge na presença de outras personagens, evidencia-se o suposto elitismo presente na exposição gratuita de dominar outros idiomas. De ambos os modos, a identidade linguística nacional é rompida, diluindo-se em estrangeirismos.

Percebemos, ainda, os contextos discursivos em que cada língua aparece majoritariamente: quando se trata de algo relacionado à religião, surge o latim, ou ainda o espanhol, se algum santo de origem espanhola é citado; ao se referir à música, o inglês toma a vez, certamente devido à recorrência de Jimi Hendrix; quando se lida com algo relativo à moda, o francês é utilizado etc.

A referência à contracultura representada por Jimi Hendrix configura-se como mais uma movência identitária de Lorena, a qual, tantas vezes moldada aos padrões convencionais, se afasta dessa “normalidade” pelo menos musicalmente.

Essa personagem, representante da burguesia, afasta-se, por medo, das classes economicamente menos favorecidas e percebe – com naturalidade – que Ana Clara, antes mesmo de casar-se, já se vê como parte da chamada “alta sociedade”:

Se não me misturo na tal massa (morro de medo dela) pelo menos não fico esnobando como faz Aninha. O que é natural, ela deve ter sido paupérrima. Se já estivesse guiando o famoso Jaguar pensa que emprestaria ao seu grupo sequer a bicicleta? Imagine. Vai passar por nós naquele andar de transatlântico, os ossos dos quadris furando as águas. E a cara oca de capa de figurino, “Por acaso já nos vimos antes?”. Turbante de cetim branco com uma esmeralda combinando com o verde dos olhos tão mais belos do que a esmeralda, tem olhos lindos, ela inteira é linda (TELLES, 2009a, p. 64).

O casamento burguês – recorrente na literatura romântica – é a solução encontrada por Ana Clara para ascender socialmente, fazendo uso de sua beleza. Se realizar o que pretende, planeja rejeitar todo o seu passado, excluindo de si cada traço identitário ligado à pobreza e construindo uma outra identidade para adequar-se ao novo patamar social. Ela mesma o revela:

Quero coisas lindas. Quero tudo que lembre dinheiro, bastante fartura. Adoro os Estados Unidos, por que não. Aquela subversiva [Lia] tem raiva porque é uma dura, nunca vai ter nada, melhor que fique com os piolhentos, mas eu. O melhor hotel. Quantas estrelas tem o melhor hotel do mundo? [...]

– Num penico vivi eu. Só atormentação, só monstro. Cansei. Pra que mais? Agora quero dourados, anjos, coisas ricas. Pinturas bem quadradas, isto é o que eu quero, que abstracionismo já tive. Na realidade a miséria é abstrata. No auge ela é abstrata. Sabe aquele abstrato no estômago? (TELLES, 2009a, p. 81-2).

Para apagar os traumas e as privações por que passou, Ana Clara objetiva sobrepor um futuro rico a esse passado pobre. Enquanto esse momento não chega, ela se afunda sem controle no consumo de drogas: “Fica me olhando com o olhão parado. ‘Que é isso no seu braço? Uma picada?’ Picada sim e daí. Paro com tudo quando bem entender” (TELLES, 2009a, p. 90).

A falta de interesse por política em Ana Clara no tempo presente do romance se diferencia da opinião de outrora da personagem. Embora ela, na atualidade da narrativa, despreze o engajamento revolucionário de Lia, em outros tempos houve certo respeito, admiração e até vontade de associar-se a algum movimento político. Nessa mudança, uma identificação de outrora dá lugar a um outro modo de identificar-se:

Se me convidassem para entrar nesse grupo [de revolucionários contra o governo militar] quando era menina você sabe que eu entrava? Entrava mesmo porque pensava demais em justiça e coisas, era uma menina muito especial, viu, Lorena? Mas agora quero um grupo diferente (TELLES, 2009a, p. 82).

Com o passar do tempo, notam-se mais facilmente as oscilações identitárias: a Ana atual se distingue da Ana de antes. Em outros aspectos da identidade, no entanto, as variações ocorrem simultaneamente.

Lorena, antes de tudo, fragmenta-se entre seus ímpetos sexuais e a vontade de manter-se virgem. Divide-se, ainda, entre o “amor asséptico” de M.N. e o “amor sujo” de Guga. Impossibilitada de escolher, permanece na inação dos sonhos e dos desejos, nos quais cultiva seus jardins eróticos.

Ela oscila entre o idealismo platônico que caracteriza seu amor por Marcus Nemesius, como se vê neste trecho: “Uma materialista como ela [Lia] não pode entender um amor que é só espírito” (TELLES, 2009a, p. 206); e o amor concretamente sexualizado por Guga. Neste trecho, a personagem repele o colega de faculdade, mas hesita quanto à certeza da vontade de interrupção:

Não me deu tempo, se levantou e me segurou pelos ombros, está me beijando a testa, os cabelos. Meu chambre se abre. Luto por fechá-lo, mas como? Seu braço já dá voltas em torno de mim enquanto sua língua engrossa na minha boca que contra minha vontade por um momento (um século) se entrega. Salto para o lado e ele salta junto, puxo sua barba, seu cabelo, não Guga, não! Mordo a mão que se aplastrou no meu seio. Ele me solta. Ficamos nos medindo, ofegantes.

Atribuo minha vermelhidão à cólera mas a bem da verdade não estou muito certa disso. Ele apanha a sacola (TELLES, 2009a, p. 206).

A vontade de impedir a investida do colega dá lugar momentaneamente a um ímpeto de entrega, que se percebe na demora com que ela repele o beijo (“um século”) e na dúvida depois da interrupção (“mas a bem da verdade não estou muito certa disso”). Nisso, sua identidade sexual idealista se liquidifica em uma identidade sexual lasciva. Dessa situação, surgem ora uma convicção, ora uma angústia por sua virgindade.

As influências do Outro estão inseridas nos desejos de Lorena. Por estar em um pensionato administrado por freiras, o discurso religioso está sempre ao redor da personagem; a opinião de sua mãe também ratifica e subsidia seu estado virginal: “Fico tão feliz por saber que continua pura” (TELLES, 2009a, p. 237). Por sempre dialogar com suas amigas (Lia e Ana Clara), cujas práticas sexuais são livres e desinibidas, o discurso da liberdade sexual também se presentifica.

E é nessa fragmentação identitária que Lorena permanece: “Acaricio o sol bordado no seu peito, por que não quero mais que ele vá embora? Limpo a cinza do seu jeans com três pontos quase brancos de tão descorados, um em cada joelho. O terceiro nos elevados. Desvio o olhar para o sol” (TELLES, 2009a, p. 206-7).

Até mesmo o amor que a personagem sente por M.N. mostra-se fragmentado. Ora ela deseja intensamente que o matrimônio do médico se desfça, ora hesita quanto a isso, e chega a pedir a Deus para que esse matrimônio se mantenha: “Jesus, salve minhas amigas. [...] Salva meu irmãozinho e salva M.N. no seu casamento buleversado, se for para a alegria dele, salva também esse casamento, ai meu Pai” (TELLES, 2009a, p. 108). Assim, sua lubricidade cede lugar a um estoicismo, o qual logo se desfaz e há um retorno à lascívia. E nesse movimento de idas e vindas suas identidades também oscilam.

Ao somar religiosidade e sensualidade em uma hibridização identitária, Lorena revela acreditar que o sexo poderia libertá-la. A noção de pecado abre espaço para o ideal de salvação:

“É preciso acreditar na atualidade do Diabo!”, disse o Papa. Mas, Sua Santidade, eu não acredito em outra coisa. Antigamente eles moravam nos desertos: rolavam debaixo do sol, se esfregavam na areia

escaldante, montavam nos camelos mas agora a moradia ideal é nosso corpo mesmo. Nunca tanto capeta curtiu tanto corpo que é quente como o deserto. Com a vantagem de ser macio. O local preferido é o ventre, quer dizer, toda a zona sul com as ramificações nas partes. Apertei as minhas. Quando M.N. entrar eles vão sair aos pulos. O exorcismo pelo amor (TELLES, 2009a, p. 111, aspas do trecho).

A identidade religiosa, que usualmente se oporia à identidade lúbrica, transmuda-se em uma nova modalidade de identificação, na qual existe espaço para ambas as identidades: o sagrado une-se ao profano, e nisso reside certa naturalidade, ao invés de estranhamento. Nesse caso, trata-se de uma oscilação identitária harmônica, em que as diferenças se unem. Porém tal união é temporária, haja vista que logo a personagem volta a isolar cada uma dessas identidades, passando a oscilar entre elas novamente.

Lia, aparentemente tão decidida com seu atual namorado, Miguel, relembra do passado enquanto conversa com seu amigo Pedro, que a chama de “Rosa”; imagina-se em uma sociedade que não interferisse nos anseios alheios. Nisso, sua identidade não se solidifica:

– Você já teve experiência com mulher?
– Já.
– Que genial! E então?
– Não sei o que você quer saber – digo e fico rindo por dentro porque sei muito bem o que ele quer saber. – Nada de extraordinário, Pedro. Tão simples. Foi na minha cidade, eu ainda estava no ginásio. A gente estudava junto e, como nos achávamos feias, inventamos namorados. Quando lembro! Como era bom se sentir amada mesmo por meninos que não existiam. Trocávamos bilhetes de amor, ela ficou sendo Ofélia e eu era Richard, de olhos verdes e um certo escárnio no olhar, ô! como ela sofria com esse escárnio. Mas era preciso um pouco de sofrimento. Não sei bem quando o nome de Richard foi desaparecendo e ficou o meu. Acho que foi numa noite, botei um disco sentimental e tirei-a para dançar, Me dá o prazer? Saímos rindo e enquanto a gente rodopiava qualquer coisa foi mudando, ficamos sérias, tão sérias. Éramos demais envergonhadas, entende? Nos abraçávamos e nos beijávamos com tanto medo. Chorávamos de medo (TELLES, 2009a, p. 129-30).

Note-se que o medo exerce uma função castradora sobre a identidade sexual da personagem, que passa a lutar contra o que sente, já que sua família, especificamente, e a sociedade, de modo geral, condenariam tal comportamento. Surgido como uma brincadeira de fingir ser outro, fingir ser um personagem masculino criado por ela mesma, o sentimento cresce e se estabelece, ainda que precise ser interrompido:

– Você era feliz, Rosa?

Passo a mão no seu queixo forte.

– Foi um amor profundo e triste, a gente sabia que se desconfiassem íamos sofrer mais. Então era preciso esconder nosso segredo como um roubo, um crime. Tanto susto. Começamos a falar igual. Rir igual. Tão íntimas como se tivesse me apaixonado por mim mesma. Não sei explicar, mas a primeira vez que me deitei com um homem tive então a sensação de amor do *estranho*. Do outro. Aquela boca, aquele corpo, não, eu já não era uma só, éramos dois: um homem e eu (TELLES, 2009a, p. 130).

Amar um homem, o outro, a diferença, parece-lhe estranho depois de amar a igualdade, a identidade que se estabelece entre iguais. O amor entre Lia e sua amiga se revela como o feminino que vê a si mesmo. A experiência com o masculino foi procurada como meio para decidir a sua identidade sexual. A escolha, entretanto, é claramente influenciada pela repressão social e familiar (as convenções coletivas):

– Você achou isso bom?

– Se a gente tem vontade, tudo é bom. E eu tinha vontade de saber como era pra poder escolher. Escolhi. Mas quando lembro, ah, por que as pessoas interferem tanto? Ninguém sabe de nada e fica falando. Fazendo julgamento, tem juiz demais. Uma noite ela me telefonou em prantos, a família estava a fim de fazer um escândalo, eu tinha que sumir, quer dizer, aparecer na pele de um namorado. Reinventar urgente um namorado, o namorado do início daquele nosso jogo. Teria que lhe mandar cartas, presentinhos assinados por um homem que não seria mais Richard, que nome então? Até o moço da padaria eu usei no telefone, precisava da voz do Ricardo, ficou sendo Ricardo. Mentimos tanto em função dos outros que nos contaminamos com as mentiras. Não éramos amantes mas cúmplices. Ficamos cerimoniosas. Desconfiadas. O jogo perdeu a graça, ficou amargo. Do namorado de mentira ela passou pra um de verdade. Do meu lado, deixei-me cortejar por um primo, falou-se em noivado (TELLES, 2009a, p. 130-31).

Devido a tantas interferências externas, o amor entre as duas perde a naturalidade, a magia inicial, e se torna amargo, amedrontado, até que ambas se deixam levar por novos namorados. A configuração identitária sexual muda, nesse caso, devido às convenções sociais. E o núcleo familiar foi o primeiro âmbito a interferir:

– E sua família, Rosa?

– Meu pai percebeu tudo e ficou calado. Minha mãe teve suas adivinhações e ficou em pânico, queria me casar urgente com o primo. O vizinho também servia, um viúvo que tocava violoncelo. Fez tudo pra me agarrar pelo pé mas catei meu *nécessaire* e vim [para São Paulo] (TELLES, 2009a, p. 131).

É a sociedade – por meio da família – que a induz a um padrão identitário, o qual Lia vê-se compelida a adotar. A coação do outro envenena seu amor adolescente, que vai se contaminando até que, de tão acuado, míngua. A imposição de um casamento provoca o exílio, fazendo-a deixar a Bahia e ir para São Paulo, de onde relembra seus tempos em que sua identidade sexual era outra. Seu “escolhi” parece ter sido um “escolheram por mim”.

A figura do pai se omite, calando-se. Já a figura da mãe, que deveria ter mais propensão a compreender a própria identidade feminina, se posiciona prontamente e busca reverter a situação. Contrária a esses planos, resta a Lia fugir, buscar um novo lugar onde as pessoas respeitem suas identidades.

Vale esclarecer que Lia não representa a bissexualidade. Sua identidade sexual, outrora homossexual, é manipulada por figuras externas para uma forjada heterossexualidade, do que resulta seu aparente forte amor por Miguel, seu atual namorado que se encontra refém na Argélia e aguardando resgate político.

Ainda que a personagem tenha tido essa experiência homoafetiva, em relação a alguns temas ela se mostra extremamente conservadora, demonstrando uma oscilação identitária. Quanto à economia e à ideologia da Ditadura Militar brasileira, Lia se mostra revolucionária; porém, em se tratando de religião, por exemplo, seu conservadorismo é muito forte, constituindo-se, dessa forma, em uma fragmentação de identidade:

o pedido desse monte de padres enchendo o Vaticano. Casar! Padre tem que casar com a igreja! Ou então não fica padre, vai fazer outra coisa. Padre mais-ou-menos é como político mais-ou-menos, um lixo. Padre não deve casar nem com a mãe, que respeito a gente pode ter? Não frequento igreja nem nada, mas se um dia quiser voltar, quero encontrar um padre de mente limpa pra me dar a comunhão.

Ele riu.

– Então o sexo suja?

– Não sei explicar, Pedro, mas no caso atrapalha bastante. Fragmenta. E o padre tem que estar inteiro porque fragmentados já estamos nós. Padre a fim de trepar não tem vocação, é um equívoco e essa história de equívoco é abominável (TELLES, 2009a, p. 133).

Embora Lia reconheça a si e aos outros como fragmentados, ela não admite que um padre se fragmente. Em relação à religião, a personagem mostra-se ortodoxamente conservadora, ainda que planeje uma revolução social contra o governo instituído pelo Golpe Militar. Sua identidade faz-se nômade. Em outro momento, o conservadorismo se desfaz em favor das liberdades individuais, como neste diálogo com a mãe de Lorena:

– Não quero ser rude, mãezinha, mas acho completamente absurdo se preocupar com isso. A senhora falou em crueldade mental. Olha aí a crueldade máxima, a mãe ficar se preocupando se o filho ou a filha é homossexual. Entendo que se aflija com droga e etcetera mas com o sexo do próximo? Cuide do próprio e já faz muito, me desculpe, mas fico uma vara com qualquer intromissão na zona sul do outro. Lorena chama de zona sul. A norte já é tão atingida, tão bombardeada, mas por que as pessoas não se libertam e deixam as outras livres? Um preconceito tão odioso quanto o racial ou religioso (TELLES, 2009a, p. 237-8).

Em um momento, Lia é conservadora; em outro, libertária. E nesse movimento entre extremos sua identidade torna-se fluida. Qual seria sua configuração identitária? Como seus processos de identificação podem se estabelecer? Simplesmente não podem. Suas identidades fazem-se na própria oscilação.

Sua identificação com movimentos que contestam o governo estabelecido pelo Golpe Militar torna-se rarefeita quando da vontade de escrever. Sua verve artística representaria um eu voltado para questões mais etéreas, metafísicas. Assim, a personagem ora se objetiva, ora se subjetiva. O seu olhar, tão prático e esquematizado, às vezes se enche de lirismo: “Vou até a janela e olho a noite brilhando de chuva. Vontade de recomeçar a escrever” (TELLES, 2009a, p. 144). Todo o ímpeto revolucionário se desfaz quando Lia se imagina vivendo pacificamente com Miguel e com possíveis filhos:

A Gata dorme entre dois canteiros de margaridas, a barrigona estalando ao sol. Vou ver ainda esses gatinhos? Mimososa gostava de parir na rede, lembra? Os gatinhos pelados e cegos despencando por entre as franjas e ela recolhendo um por um na boca que virava pluma. Miguel não quer saber de filhos, pelo menos por enquanto. Concordei, é evidente, mas tenho às vezes tanta vontade de me deitar como essa gata plena até a saciedade, tão penetrada e compenetrada da sua gravidez que não tem no corpo lotado espaço sequer pra um fiapo de palha. Daria a ele o nome de Ernesto.

– Bom dia, Gata!

Ela levanta a cabeça pedindo um afago e volta a dormir (TELLES, 2009a, p. 217).

A diferença que marca a identidade revolucionária e a identidade pacata cria uma tensão entre ambas, fazendo com que Lia ora opte pelos perigos e incertezas da revolução, ora idealize sua possível vida em tranquilidade e bem-estar. Nessa hesitação entre configurações identitárias distintas, ela permanece por todo o romance, instabilizando suas identidades, as quais não se ancoram, mantendo-se em uma ressaca de devir – identidades conduzidas por fluxos e refluxos de ondas de possibilidades.

De um lado, o medo do resultado dos planos pró-revolução a angustia (“Chuto os pedregulhos. A ideia de que não vou ver mais este jardim me dá uma certa tristeza. Nunca mais?” – TELLES, 2009a, p. 217); do outro lado, a coragem de enfrentar as incertezas a impulsiona: “Argélia! tenho vontade de gritar. [...] Se não tivesse a passagem, iria nadando, andando. Rios, montes, vales, montanhas e um oásis. Um mês, um ano. Chego coberta de pó e sangue” (TELLES, 2009a, p. 217). Sucessivos dilemas identitários.

Ana Clara permanece na ambivalência entre Max, a quem verdadeiramente ama, e seu noivo “escamoso”. Para este, ela pretende reconstituir cirurgicamente o hímen (“Então. Em dezembro me costuro e em janeiro, Valdo faz o vestido. Quero branco. Estilo medieval” – TELLES, 2009a, p. 45; “Fico virgem, pomba. Caso com o escamoso” – TELLES, 2009a, p. 48), já que sabe que ele exige casar-se com uma mulher virgem. Visando ao dinheiro, enfrenta o asco por ele (“tem unhas nojentas com aquela pele invadindo tudo. Sardas nos dedos. Um lixo” – TELLES, 2009a, p. 103), mas não pretende abandonar seu amante. Num diálogo com Max, o qual a chama de “Coelha”, ela demonstra o nojo que precisa suportar para poder usufruir do dinheiro do noivo:

- Você tem um noivo, Coelha?
- Tenho. Meu noivo é um saco mas tem oriehnid [“dinheiro”, escrito ao contrário – código secreto das três personagens].
- Ele é bonito que nem eu?
- É um anão. O corpo é coberto de escamas, as escamas começam aqui na barriga e vão subindo, subindo e quando chegam aqui debaixo do braço, está vendo? – prosseguiu ela avançando as mãos. – Aqui, está vendo bem? Aqui tem escama à beça (TELLES, 2009a, p. 100).

Seu interesse em ascender economicamente, além de lhe outorgar uma visão reificada da vida, faz a personagem depreciar toda lembrança e referência à sua atual situação financeira. É a questão da identidade e da diferença que se estabelece: identificada como pobre, Ana Clara acredita que precisa se desvencilhar desse padrão social e, para isso, pretende afastar-se daqueles que carregam o estigma econômico que ela contém:

Ora, acabar com a burguesia. Mas se é agora que eu. Esperem um pouco, também quero, não posso? Ano que vem, vida nova, meu santo. Tranco a matrícula e depois. Quero ser a primeira, está me ouvindo? Com dinheiro a gente aprende rápido, com dinheiro fica fácil. Sou inteligente, não sou? Psicóloga. O escamoso me compra a clínica caixa-alta, tenho nojo de problemas de mendigo. Escolho a clientela. Um saco de ouro. Então (TELLES, 2009a, p. 83).

A personagem pretende alterar sua identidade atual por meio do dinheiro. Com o diploma e com o status de psicóloga, ela ocultará toda a ignorância que associam aos pobres. Rica, afastada da periferia, ela apagará a semelhança que ainda possui com esse outro. Para isso, Ana Clara estabelecerá a linha divisória da diferença, hierarquizando-se superiormente, afastando-se terminantemente desse outro tão presente em si e nas pessoas com quem convivia: “tenho nojo de problemas de mendigo. Escolho a clientela”.

Em sua situação de subjugada, ela estende seus ataques, cheios de preconceito, a um dos amantes de sua mãe:

Na mão do Jorge tinha uma letra tatuada, era um *R*? Um anel de pedra vermelha no dedinho. Ela [a mãe dela] falava *Jóge*. A unha do dedinho mais comprida do que as outras, por que era mais comprida? A touca de meia pra alisar o cabelo caindo até o ombro. Sabia dançar figurado, ganhou até um troféu num programa de calouros. *Um Degrau Para A Glória*. Bicha. Na certa deu o rabo pro animador (TELLES, 2009a, p. 85).

Branca, Ana Clara ataca os negros. Heterossexual, ela fala enojada de homossexuais. De repente, imuniza-se contra preconceitos e mostra-se receptiva. Oscilações identitárias. Esse ataque da personagem contra as diferenças mostra que, “motivadas simplesmente pelo revide, as identidades tendem à busca de uma pureza

original que não é mais possível ou a um fechamento da comunidade sobre si própria” (BERND, 2011, p. 26).

As revoltas da personagem, oriundas de sucessivos traumas e carências sofridos na infância e na adolescência, culminam nesse pensamento preconceituoso. A diferença entre ela e o padrasto, entretanto, é fundamental para que se crie a oposição branca/negro, heterossexual/homossexual, já que a construção da identidade é relacional e necessita do outro para tentar se firmar.

Tomamos “identidade psicológica” como meio de nos referirmos à forma com que as personagens lidam com seus dilemas internos – majoritariamente em seus fluxos de consciência, visto que nem sempre são exteriorizados:

“Mais vinho, Lião?” O vinho ela aceita. Também aceita a lagosta, fala lagostim. Mas precisa lembrar a estatística das criancinhas morrendo de fome no Nordeste, esse assunto de Nordeste às vezes exorbita. Não sei até quando a gente vai ter que carregar esse povo nas costas, horrível pensar isso mas agora já pensei e estou pensando ainda que se Deus não está lá é porque deve ter suas razões.
– Ah. Sou um monstro. Queria tanto ser diferente, mas queria tanto. E esta vocação para a mesquinha (TELLES, 2009a, p. 23).

Nesse trecho, vemos um embate entre uma condenação cruel do Nordeste e o desejo de ser uma pessoa altruísta. O duelo não se resolve, e Lorena continua fragmentada. Tal modo de enxergar essa região brasileira, entretanto, não é concretizado em palavras, haja vista o medo da reação das pessoas ao seu redor, principalmente de Lia, que é baiana. Imersa em sua concha, Lorena deseja afastar-se do mundo para manter-se protegida em um universo paralelo que ela cria em seu próprio quarto:

Ainda ponho uma placa na minha concha: *Perdão pela ordem, pela limpeza, perdão pelo requinte e pelo supérfluo mas aqui reside uma cidadã civilizada da mais civilizada cidade do Brasil.* Vão me perdoar? Ana Clara dá uma resposta ambígua e pede oriehnid [dinheiro] emprestado. Lião não responde mas pede o carro. Pode levar, querida. Perdão ainda se empresto um Corcel e não um jipe, cada qual dá o que tem, entende? Mergulho na banheira toda dourada de sais dourados (TELLES, 2009a, p. 63, grifo do texto).

Percebe-se claramente o discurso dominante nos pensamentos de Lorena. Ela se reconhece como civilizada e afirma que São Paulo é a cidade mais civilizada do país. Preocupa-se, até certo ponto, em relação ao que pensam dela (“Vão me perdoar?”), mas

logo deixa de se importar e emerge em seu mundo construído por seus luxos supérfluos (“Mergulho na banheira toda dourada de sais dourados”).

Ana Clara, fragilizada economicamente, revela-se racista quando toma a identidade étnica como forma de autoafirmação:

Chega de pergunta, não está vendo meu cabelo ruivo? Minha pele? Tudo autêntico. Branquíssima. Bastante suspeita é a Lião. E mesmo a Loreninha com seus bandeirantes. Sacudo Max: – Você também é branco, amor. Não temos nada com esses subdesenvolvidos, somos brancos, está ouvindo? (TELLES, 2009a, p. 84-5).

Por enxergar-se como subalterna, a personagem ataca os outros preconceituosamente, talvez como um modo de defender-se. Lia, cuja mãe é baiana e cujo pai é alemão, desperta-lhe suspeitas, que se estendem à Lorena, descendente de bandeirantes. Lembra-se da mãe e explicita mais racismo:

Não quero botar a culpa em ninguém não vou ficar o resto da vida acusando mas. Sei lá. Os tipos nojentos que ela levava pra cama. Uma sorte não levar negro, devia ter alguma coisa contra negro. Uma sorte não gostar de negro, pomba. O Jorge tinha aquele cabelo duro, usava touca de meia. Mas era branco lá à moda dele. Como os outros (TELLES, 2009a, p. 84).

Em outro trecho (uma alucinação com Jimi Hendrix provocada pelas drogas), seu racismo se apaga, sugerindo que seria oriundo de uma revolta contra o mundo, contra todos, contra tudo que ela sofreu, e não essa coisa abominável, tola e injustificável que contamina algumas pessoas:

Lá longe vejo o cantor vem vindo com sua guitarra elétrica antes de ver sua cara vejo a guitarra brilhando no sol é como se tivesse um outro sol dependurado no ombro. Um negro mas desse eu gosto. Gosto de todos os negros gosto de todo mundo todo mundo é bom pra mim e estou contente de sol e de música ele vem cantando pela estrada e as coisas todas vêm cantando junto uma alegria vermelha tão quente boa viagem! grito e ele me cumprimenta rindo gosto desse daí com sua guitarra elétrica que brilha tanto que preciso fechar os olhos é um sol! Boa viagem ele diz no meio da luz vermelha da estrada e agora ficou longe sua cara sua guitarra (TELLES, 2009a, p. 92).

Com isso, a personagem mostra-se dividida entre aceitação e racismo: ora despreza, ora gosta, configurando-se como vítima de um componente de contradição identitária. Mais um aspecto que a indefine, liquidificando sua identidade. Note-se, ainda, a conjunção adversativa “mas”, que cria uma oposição reveladora de preconceito entre os termos “negro” e “eu gosto”.

Nesse trecho, a pontuação irregular, o truncamento vocabular e a desordem resultante disso reproduzem o pensamento e o falar conturbados de alguém sob efeito de drogas. Nos fluxos de consciência de Lia e Lorena, a sintaxe e a pontuação às vezes também se tornam irregulares, mas nunca tanto quanto no discurso de Ana Clara depois de ela consumir substâncias alucinógenas.

E para que serve um nome?

Como já foi citado anteriormente, o nome se constitui como um dos elementos primordiais da identidade. Quando nascemos, e às vezes bem antes de nascermos, nossos pais escolhem um nome para nós. Esse nome está geralmente repleto de significados. Ele contém marcas de gênero; ele pode nos remeter a trajetórias que nossos pais talvez queiram para nós.

Contemporaneamente, há leis que permitem aos indivíduos a troca de nomes. A rigor, tal troca ocorreria somente em casos de grande constrangimento provocado pela forma como alguém se chama. Existem, contudo, trocas que são feitas exatamente quando o gênero representado pelo nome não condiz com a sexualidade da pessoa. E nisso já reside uma variação identitária, pois cada nome representa uma identidade, uma ficção:

Falar não quer dizer apenas nomear, dar conta do real; é também moldá-lo, interpretá-lo e inventá-lo.

O real não tem nome. O nome “correto” ou “natural” – de um objeto, ato ou sentido, não existe.

[...]

O seu nome, leitor, também é uma ficção. Poderia ter sido outro. Você pode mudá-lo. As mulheres mudam frequentemente de nome. Ao se casarem, elas passam de uma ficção para outra.

O batizado, o casamento: atos mágicos.

Todo ato de dar nome é um ato mágico (HUSTON, 2010, p. 20).

Além do nome, há também os sobrenomes. Estes nos conectam a toda uma rede de ascendentes, nossos predecessores em árvores genealógicas, que nos situam quase sempre em um lugar entre duas famílias. As expectativas maternas, paternas e familiares de modo geral acabam por nos tentar moldar as identidades. E, no caso feminino especificamente, a adoção de um sobrenome após o casamento, se assim for desejado, implica a entrada em uma nova identidade, haja vista o elo familiar e social que se cria.

A forma com que as protagonistas de *As meninas* são chamadas nos faz refletir sobre isso. Lorena valoriza o nome completo das pessoas e costuma chamar as colegas e a si mesma pelo nome e sobrenomes: “Na opinião de Lia de Melo Schultz [...]” (TELLES, 2009a, p. 14); “oh, Lorena Vaz Leme, não tem vergonha?” (TELLES, 2009a, p. 15). A personagem, representante direta da burguesia paulista, gosta de se ater à sua origem e de saber sobre a origem dos outros, como se sobrenomes lhe pudessem trazer garantias:

Tudo está nos detalhes: as origens, a fé, a alegria. Deus. Principalmente as origens. “Lá sei das minhas”, me disse quando ficou de fogo. “Nem quero saber.” A margaridinha aí embaixo pode dizer a mesma coisa, nada sei da minha raiz. Mas e a gente? Nem pai nem mãe. Nem ao menos um primo. Não tem ninguém. Pelo visto, a Bahia inteira deve ser da parentela de Lião mas Ana Clara é o avesso do quadro familiar (TELLES, 2009a, p. 23-4).

Lorena acredita ter certeza de suas origens e diz ser descendente de bandeirantes. Talvez por isso ela se julgue superior à Ana Clara, cujas origens são desconhecidas. Além da linhagem ignorada, Lorena se questiona quanto à adaptação social que Ana Clara parece não possuir:

olho para Ana Clara. Dormindo. Lião vive pregando que a sociedade expulsa o que não pode assimilar. Ana foi expulsa pela espada flamejante, disse que tinha um florete no peito mas não era um florete, era uma espada. O que dá no mesmo. Coexistência pacífica, ensinam os ensinantes. E na prática (TELLES, 2009a, p. 249).

Na fala de Lorena, que reflete a observação concreta de Lia, existe uma menção ao subalterno expulso da sociedade: não conseguindo se assimilar aos padrões sociais, resta-lhe o degrado. A “coexistência pacífica”, ironizada pela personagem, só existe na teoria. Na prática, o indivíduo que não segue os padrões de vida e conduta da sociedade – a exemplo de Ana Clara – sofre um exílio dentro da própria comunidade em que vive, o que acaba marginalizando-o, excluindo-o brutalmente dos benefícios da vida pública.

Tal exclusão não se dá repentinamente: ela ocorre ao longo de toda uma trajetória de vida e, muitas vezes, é hereditária. Ana Clara sofreu incontáveis traumas e carências oriundos da condição social da mãe, o que certamente conduziu mais facilmente a personagem para o mundo das drogas.

É através da beleza e dos estudos que Ana planeja largar sua identidade vinculada à pobreza e à miséria. Uma troca identitária que ela acredita que lhe fará bem. A personagem possui plena consciência das implicações oriundas tanto de um nome, quanto da ausência de um sobrenome de “boa estirpe”; por isso, tenta reverter sua situação identitária por meio do dinheiro:

Vida nova meu lindo. Adeus Ana Clara Conceição filha de Judite Conceição, mas é esse seu sobrenome? Vaca. Fez cara de espanto a vaca. Mulher é mesmo inimiga. Algum professor me esnobou por causa disso? Quem é que se importa com nome. Ela se importou. Vaca. Ciúme porque sou bonita. Você tem uma incrível resistência para línguas, Ana! Se eu tivesse um saco de ouro ela teria notado essa resistência? Vaca. A nhem-nhem [Lorena] também fez aquela carinha que conheço quando repetiu meu nome, Ana Clara Conceição? Conceição sim senhora. E daí? Quem mais nesta cidade se importa com nome. Cidade formidável acabou tudo isso agora é só saber se a gente tem ou não um saco de ouro em casa. Se tem pode ter o sobrenome de merda e as pessoas encham a boca e dependuram no seu peito uma medalha. Acabou isso de nome, acabou tudo. Tempos novos minha boneca (TELLES, 2009a, p. 83).

A superação do peso do sobrenome, ainda que seja sugerida, só se tornaria eficaz caso houvesse poder econômico. Essa é a razão que faz com que Ana Clara busque tão avidamente o seu casamento burguês. O dinheiro supera a “tradição familiar”, e a burguesia paulista se mostra em profundo processo de decadência e declínio. Ao retomar o discurso histórico, Ana Clara se arma contra essa “tradição”:

Gosta de brincar me chamando pelo nome inteiro Ana Clara Conceição, você está me ouvindo? Estou Lorena Vaz Leme.

Descendente de bandeirantes. Original. Estupravam as índias e metiam um tição aceso no rabo dos negros pra saber se não tinham escondido um ourinho lá no fundo (TELLES, 2009a, p. 83).

Contudo, mesmo consciente de que essa tradição não é algo tão louvável nem digno de respeito, a personagem, devido às suas carências, retorna a uma certa idealização, ainda que para logo dela sair:

Mas eram tão bacanas. Os chapelões enormes e os nomes mais enormes ainda. Quem é que está ligando hoje para essa conversa de bandeirante. Rasgo a certidão com o pai não sabido e ignorado e quero só ver. Certidão nova, pago uma certidão nova com pai conhecido e sabido. Batizo meu pai pra me casar, não posso? Nome de imperador. Então. Quando o escamoso ler a certidão certinha vai babar de gozo. Caio César Augusto. Caio César Augusto Conceição. Professor. Ou físico? Bacana ter um pai físico. Cientista. Melhor ainda professor universitário. Não tem uma porrada de universidades espalhadas por tudo quanto é canto? Por que meu pai não pode (TELLES, 2009a, p. 84).

No pensamento dessa personagem, evidencia-se muito mais facilmente o caráter ficcional e construído das identidades: Ana Clara vai construindo uma narrativa de si que passa a conter um estatuto de verdade. E o dinheiro que ela sonha ter viria a ratificar tudo isso. Suas carências, assim, são – pelo menos falsamente – preenchidas, trazendo-lhe um bem-estar. Seu padrão identitário adquire novas feições, em conformidade com os desejos da personagem. Basta fazer com que os outros aceitem sua nova identidade.

As formas nominais com que as personagens chamam umas às outras também são significativas. Ana Clara algumas vezes é chamada de “Ana Turva”, em referência ao consumo de drogas, e de “Aninha”, seja por pena, seja por carinho. Lia é chamada muitas vezes de “Lião” devido a seus comportamentos (às vezes tomados como masculinizados). Já Lorena recebe apelidos mais afetuosos, como “Lena” e “Loreninha”.

A subalternidade feminina

É um olhar para baixo que eu nasci tendo.
É um olhar para o ser menor, para o
insignificante que eu nasci tendo.
O ser que na sociedade é chutado como uma
barata – cresce de importância para o meu
olho.
Ainda não entendi por que herdei esse olhar
para baixo.
Sempre imagino que venha de ancestralidades
machucadas.
(Manoel de Barros)

Ao considerar o espaço que Lygia Fagundes Telles dá a essas meninas (especialmente à Ana Clara, cuja origem econômica revela tanta miséria, tantos traumas e carências), vemos que há uma tentativa de atribuição de voz ao subalterno (SPIVAK, 2010). Reconhecemos a impossibilidade de o intelectual poder falar em nome do subalterno; “mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido” (ALMEIDA, 2010, p. 16-7). E acreditamos que Lygia consegue fazê-lo.

Ao utilizar-se dos complexos processos artísticos por meio dos quais a literatura lida com a realidade social, a escritora, de certo modo, consegue criar uma representação dessa voz subalterna, tirando-a da mudez e conseguindo “articular um discurso de resistência que esteja fora dos discursos hegemônicos” (ALMEIDA, 2010, p. 18), tendo em vista que o sujeito subalterno é subjugado pelo discurso dominante.

Entretanto, embora a voz feminina seja proferida por mulheres, percebe-se que por vezes existe ainda certa subalternidade: a opressão socioideológica é tão intensa e opressora que consegue condicionar a identidade e as ações das pessoas, que passam a agir em conformidade com as instituições sociais, as quais se estratificam no próprio eu, imbricando-se com ele para confundir-se com ele. É mediante essa complexa mistura de

vontades e desejos que o indivíduo tantas vezes é manipulado por estâncias que lhe são exteriores, como a família, a religião, o Estado etc.

As personagens lygianas são tão verossímeis que ratificariam isso: Ana Clara expõe sua subalternidade; Lia grita contra a ditadura, contra os problemas sociais; Lorena as patrocina financeiramente, dando-lhes suporte. Dessarte, cumpre-se a orientação segundo a qual “os intelectuais devem tentar revelar e conhecer o discurso do Outro da sociedade” (SPIVAK, 2010, p. 26-7).

Em pleno contexto do Golpe Militar, quando se buscava estabelecer – por meio da força, da repressão, da violência e do silêncio – um padrão de comportamento ao cidadão brasileiro, a autora publica um romance ameaçador que dribla a censura e retrata meninas cujo comportamento, definitivamente, não é exemplar, mas sedicioso, subversivo e contestador, o que nos leva àquela questão que marca a diferença entre as grandes narrativas heroicas e o romance como “epopeia da vida burguesa”, visto que neste “o herói moderno representa uma situação, mas não é modelo para os outros” (ARAÚJO, 2012, p. 71). Os valores sociais e morais são colocados em xeque, e a ideologia dominante é desvelada para aqueles que se dispõem a fazê-lo.

Sabendo-se que “só há sujeito fixo graças à repressão” (DELEUZE; GUATTARI *apud* SPIVAK, 2010, p. 31), quando se mostram personagens que não contêm qualquer fixidez, como as meninas líquidas de Lygia, luta-se contra a dominação que visa uniformizar os indivíduos para, assim, melhor controlá-los.

As três protagonistas nos apresentam a uma diversidade multifacetadamente ampla. Lorena representa os padrões e a (suposta) harmonia da alta burguesia, porém namora um homem casado e patrocina financeiramente tanto a ilegalidade das drogas consumidas incessantemente por Ana Clara, quanto a militância política de Lia contra a ditadura.

Ana Clara, mutilada psicológica e emocionalmente por traumas e carências da infância, recorre às drogas como anódino paliativo para os terríveis fantasmas de suas memórias, além de idealizar esquizofrenicamente uma ascensão social por meio de um casamento com um homem rico, que se realizaria logo após sua cirurgia de reconstituição de hímen.

Lia, aparentemente a única não alienada social, investe perigosamente na luta contra a ditadura militar, entretanto mantém, secretamente, o sonho de constituir uma família com o homem que ama e de viver em uma sociedade em que haja justiça, igualdade e bem-estar sociais. Elas, juntas, explicitam que “a pessoa que fala e age [...] é sempre uma multiplicidade” (FOUCAULT *apud* SPIVAK, 2010, p. 40).

Dentre as diversas querelas identitárias das meninas de Lygia, a identidade feminina torna-se subalterna quando está subjugada ao gênero masculino. Lia, Lorena e Ana Clara chegam a mudar o modo como se veem para se adequar ao desejo dos homens de que elas gostam.

Lorena constrange-se por sua virgindade e acredita que esse é o empecilho que impede M.N. de concretizar o sexo entre ela e ele. Embora tantas vezes convicta em seu estado virginal, ela alterna sua identidade pudica para uma identidade lúbrica quando da presença de seus colegas Fabrizio e Guga. Depois, condena-se por isso.

O próprio corpo feminino se subjugava à volição masculina. Lorena se mostra insatisfeita em relação às suas formas corporais; não por si mesma, mas pelo desejo que o homem talvez tenha:

Assim que tocou os pés na cabeça com a cabeleira em leque aberta no colchão, tirou as mãos dos quadris e pôs-se a apalpar as nádegas.

– Podiam ser maiores. Incrível como homem gosta de mulher de bunda grande (TELLES, 2009a, p. 108).

Nesse desejo de ser diferente devido ao gosto masculino, existe uma subalternização voluntária de si mesma: além de estar dividida entre as próprias vontades, a personagem ainda se fragmenta em relação ao desejo do outro, liquidificando ainda mais suas identidades.

Ana Clara pretende abdicar de seu verdadeiro amor pelo traficante e amante Max em troca do arquetizado casamento burguês com o “escamoso”. Ela se subjugava aos anseios desse outro, ainda que nela inexistisse desejo. Só consegue suportar essa situação graças aos planos estabelecidos que se concretizarão com o dinheiro desse noivo. É para que seu matrimônio seja bem sucedido que a personagem planeja reconstituir o hímen.

Além disso, ela forja uma personalidade refinada para condizer ao nível social de seu futuro marido, renegando sua identidade original.

Lia, por sua vez, organiza uma viagem à Argélia para, voluntariamente, ser trocada por seu noivo, Miguel, preso político no país. A vida pacata que ela por vezes deseja, com filhos e em família, será trocada pela prisão que enfrentará. A oscilação entre o eu materno e o eu guerrilheiro, além de se embasar em seus ideais, tem fundamento também nesse homem que ela diz amar.

Com isso, ocorre uma anulação da identidade feminina em favor da masculinidade, figurando uma inexistência de feminismo e um apagamento de criticidade em relação à figura masculina. Lia, contudo, em um diálogo com o motorista da mãe de Lorena, tenta confrontá-lo em relação ao modo como ele vê a situação da filha, especialmente depois de ele falar tão bem do filho:

– A filha também lhe dá alegria?

Ele demora na resposta. Vejo sua boca se entortar.

– Essa moda que vocês têm, essa de liberdade. Cismou de andar solta demais e não topo isso. Agora inventou de estudar de novo. Entrou num curso de madureza.

– E isso não é bom?

– Só sei que antes de fechar os olhos quero ver a garota casada, é só o que peço a Deus. Ver ela casada.

– Garantida, o senhor quer dizer. Mas ela pode estudar, ter uma profissão e se casar também, não é mais garantido assim? Se casar errado, fica desempregada. Mais velha, com filhos, entende? [...]

– A Loreninha também fala assim mas vocês são de família rica, podem ter esses luxos. Minha filha é moça pobre e lugar de moça pobre é em casa, com o marido, com os filhos. Estudar só serve pra atrapalhar a cabeça dela quando estiver lavando roupa no tanque (TELLES, 2009a, p. 219).

Além da subalternidade econômica à qual a filha do motorista está submetida, há ainda a subalternidade de gênero: a crença de que a figura masculina dá estabilidade e garantias à mulher. Representando uma ideologia ainda bastante disseminada pela sociedade, o motorista vê no casamento uma espécie de salvação para a filha, até que é novamente confrontado por Lia:

– E se ela se casar com uma droga de homem e depois virar aí uma qualquer porque não sabe fazer outra coisa? Já pensou nisso? Me desculpe falar assim duro mas vai ter que prestar contas a Deus se começar com essa história de dizer, case depressa filhinha porque senão seu paizinho não morre contente. Se acreditar nela, aposto como ela vai querer merecer essa confiança, vai ser responsável. Se não, é porque não tem caráter, casada ou solteira ia dar mesmo em nada.

Fiz o discurso. Saio e bato a porta do carro. Ele está meio aturdido.

– Mas nunca pensei...

– Pense – digo enfiando a cabeça na janela (TELLES, 2009a, p. 220).

Lia tentar demover o motorista em relação à crença da superioridade masculina. A suposta salvação pelo casamento sujeitaria a mulher a uma dependência ao homem. Porém, ainda que a personagem se mostre mais consciente quanto à filha desse motorista, em relação a si ela pouco percebe o quão subalterna é em relação ao namorado Miguel.

No romance, mediante a opinião da mãe de Lorena, expressa-se outro tipo de subalternização feminina ao julgo masculino: “Mulher sem homem acaba tão complexada, tão infeliz” (TELLES, 2009a, p. 238). Isso expressa uma crença popular de realização pessoal através do sexo. Ouvimos quase que diariamente a sugestão de que algumas mulheres se apresentam emocionalmente estressadas por “falta de homem”. Como se o sexo pudesse curá-las. Como se o falo fosse a solução para as vicissitudes femininas. A resposta ao comentário machista é dada por Lia em pensamento (“Com homem também [as mulheres se tornam complexadas], tenho ganas de dizer-lhe e dar-lhe o espelho na mão” – TELLES, 2009a, p. 238) e em palavras:

– Complexada porque todo mundo fica enchendo a sacola. Não é o caso da Lorena, não estou mais pensando nela, estou pensando só nisto, já é tão difícil crescer, ser amado por aquele que a gente ama. E tem que vir alguém determinar o sexo do amor (TELLES, 2009a, p. 238).

Enquanto a mãe de Lorena aceita toda a subalternidade feminina, Lia luta contra essa situação defendendo as liberdades individuais plenas: “A gente tem que amar o próximo como ele é e não como gostaríamos que ele fosse” (TELLES, 2009a, p. 238).

Feminismos e subjetividades: pluralismos e não identidades

Quando pensamos sobre identidade feminina, chegamos a um impasse, um dilema cujas vias se opõem diametralmente: sob a condição de *mulher*, existe um amálgama em comum? Ou o que há são inúmeras condições de *mulheres* em pleno devir e transformações sucessivas? Existe alguma estabilidade na identidade feminina? Ou melhor: existe *a* identidade feminina?

No longo percurso desta pesquisa, nossos pensamentos vão mudando e, com eles, nossas formas de ver o mundo e entender as coisas. Novas perspectivas. Antes de tudo, pensou-se em identidade; depois, em identidades – no plural – e ainda em identidades mutáveis; e, então, em *não identidades*. A cada leitura do romance *As meninas*, delineia-se uma nova forma de enxergar as personagens e suas constantes variações.

Dentro do feminismo, deve-se entender que há inúmeros feminismos (PERROT, 2005). “Abundante, o objeto ‘mulher’ é também um tanto fragmentado. Sua problematização continua a ser hesitante” (PERROT, 2005, p. 428). Naturalmente, por extensão, não há uma categoria fixa de mulheres, mas uma miríade de traços femininos que fogem a categorizações – coisa à qual a identidade se propõe: categorizar.

O dilema com que nos debatemos foi este: categorizar ou não categorizar? Dentro de um grupo identitário, existe uma tendência geral à uniformização. Assim, enquanto talvez se ganhe com o fortalecimento do grupo, perdem-se subjetividades. Em favor de uma coerência grupal, o indivíduo pode (deve?) se apagar – voluntariamente ou não.

Dessarte, pensamos se, se não submetido às forças homogeneizantes de um grupo, um indivíduo não poderia se enriquecer com os pluralismos oriundos de uma não identidade. As três protagonistas do romance de Lygia, unidas fisicamente pelo ambiente do pensionato e pelo status anatômico feminino, divergem profusamente em atitudes, em modos de ser, de estar, de sentir o mundo, de viver as relações interpessoais. Meninas-mulheres em um devir de si.

Talvez o primeiro passo para que tenhamos conseguido entender as mulheres em suas variações e pluralidades tenha sido a escrita feminina. Foi preciso superar toda uma tradição de escrita masculina que se julgava apta a falar pelo feminino: “mulheres na literatura, até bem recentemente, eram uma criação dos homens” (WOOLF, 2014, p. 279). “As mulheres não representavam a si mesmas. Elas eram representadas [...]. Ainda hoje, é um olhar de homem que se coloca sobre a mulher” (DUBY *apud* PERROT, 2005, p. 431).

Entretanto, “quando elas criam – pois acontece cada vez mais – qual é seu grau de liberdade?” (PERROT, 2005, p. 432). Dentro dessa escrita feminina, é preciso que haja consciência: consciência da dominação e consciência da necessidade de busca por direitos e liberdades. Não basta que seja somente uma mulher escrevendo. É necessário que essa mulher tenha consciência das relações sociais em que está inserida; das lutas que precisam ser travadas; dos jogos de poder que a subjagam. Só assim a sua escrita não será subalterna às estratégias dominantes.

Como expõe Virginia Woolf no ensaio “Mulheres e ficção”, a partir do momento em que algumas mulheres romperam com as imposições masculinas e começaram a escrever, a falar de si, deixou-se de ver o ser feminino como um todo unívoco, como muitas vezes a literatura unificou: a mulher. Logicamente, essa mudança na literatura acompanhou mudanças concretas na sociedade: “As leis e os costumes, é claro, foram em grande parte responsáveis por essas estranhas intermitências de silêncio e fala” (WOOLF, 2014, p. 272-3). Não sem luta, as mulheres precisaram acompanhar os direitos instituídos socialmente, pois, ainda que a escrita possa se efetuar no âmbito privado, a *publicação* de uma obra é um ato concretamente social e público:

Em nossa era psicanalítica, estamos começando a nos dar conta do imenso efeito do ambiente e da sugestão sobre a mente. [...] a extraordinária explosão de ficção no começo do século XIX na Inglaterra foi prenunciada por inumeráveis pequenas mudanças nas leis, nos costumes e nas práticas sociais. As mulheres do século XIX tinham algum tempo livre e certo nível de instrução. E é significativo que das quatro grandes romancistas mulheres – Jane Austen, Emily Brontë, Charlotte Brontë e George Eliot – nenhuma teve filhos e duas não se casaram (WOOLF, 2014, p. 273-4).

Como etapas a serem seguidas, era preciso que as mulheres se firmassem como mulheres, em uma identidade que lhes traria força. Depois, dentro dessa grande, ampla e

vasta identidade feminina, outras identidades firmar-se-iam para que, por fim, cada subjetividade pudesse reivindicar um modo particular de ser. Conforme a familiarização ou não familiarização a um grupo ou grupos, forjar-se-iam, respectivamente, novas identidades grupais ou não identidades: “o fim só poderá ser alcançado quando a mulher tiver coragem para se sobrepor à oposição e determinar-se a ser fiel a si mesma” (WOOLF, 2014, p. 278).

Para Virginia Woolf, é necessário extrapolar o âmbito da ficção e alcançar a concretude social, em um processo que se retroalimenta, nutrindo-se mutuamente. Só assim se alteraria o que está estabelecido culturalmente – e, muitas vezes, até legalmente:

Como os árbitros das convenções são os homens, pois foram eles que estabeleceram uma ordem de valores na vida, e já que é na vida que em grande parte a ficção se baseia, também aqui, na ficção, em extensa medida, esses valores prevalecem (WOOLF, 2014, p. 278).

Ainda que haja nisso certa ambivalência, a afirmação dessa diferença se faz vital. Somente após a delimitação de uma identidade feminina, como meio para se obter mais força e legitimidade, a figura da mulher pode se diluir nas múltiplas mulheres que são. Antes da ratificação das pluralidades, o poder de um grupo identitário faz-se útil. “A afirmação da diferença e, logo, da identidade é, para os indivíduos, uma arma geralmente necessária” (PERROT, 2005, p. 480). Firmado esse poder feminino, as subjetividades, a heterogeneidade e a não identidade poderão usufruir das conquistas:

É provável no entanto que, quer na vida, quer na arte, os valores de uma mulher não sejam os valores de um homem. Assim, quando se põe a escrever um romance, uma mulher constata que está querendo incessantemente alterar os valores estabelecidos – querendo tornar sério o que parece insignificante a um homem, e banal o que para ele é importante. Por isso, é claro, ela será criticada; porque o crítico do sexo oposto ficará surpreso e intrigado de verdade com uma tentativa de alterar a atual escala de valores, vendo nisso não só uma diferença de visão, mas também uma visão que é fraca, ou banal, ou sentimental, *por não ser igual à dele* (WOOLF, 2014, p. 278-9, grifo nosso).

Visto isso, entendemos que, antes de tomar Ana Clara, Lia e Lorena como seres cujas identidades se fragmentam e se diluem, nós vemos essas três personagens como

representantes de uma identidade feminina que busca se firmar socialmente tendo em vista o seu polo oposto (porque muitas vezes opressor): o homem. Multifacetadas em seus variantes processos de identificação, elas são, primordialmente, o feminino. Só depois de firmada tal diferença e conquistado o direito de *ser*, essas meninas podem tomar para si uma não identidade que lhes possibilite a liberdade que elas tanto desejam.

Esse ato individual pode abarcar o social: ao expor um eu, conquista-se um lugar, obtém-se visibilidade. Virginia Woolf nos propõe uma metáfora: em vez de o artista se limitar à figura de borboleta (que torna a realidade mais esteticamente agradável), ele pode buscar a função da mosca e, ao criar sedição oriunda de críticas e inquietações, tornar-se um “provocador reformista” (WOOLF, 2014, p. 281), a mosca que pousa na sopa:

uma mulher tem também de registrar as mudanças nos hábitos e nas mentes das mulheres que decorreram da abertura das profissões. Tem de observar como sua vida está deixando de acontecer às ocultas; e descobrir que novas cores e sombras se mostram agora nelas quando são expostas ao mundo exterior. [...] um livro de mulher não é escrito como seria se o autor fosse homem. [...] Pode-se esperar que o papel de mosca-varejeira do Estado, até aqui uma prerrogativa dos machos, agora também passe a ser exercido por mulheres (WOOLF, 2014, p. 280-1).

Salientamos a atualidade desse ensaio de Virginia Woolf (1882-1941). Publicado pela primeira vez em 1929, ele nos traz dados e pontos de vista praticamente contemporâneos. As identidades das mulheres continuam muitas vezes sendo cerceadas pelo arbítrio masculino, e alguns ainda se questionam quanto à existência de uma escrita feminina. Com o romance *As meninas*, Lygia Fagundes Telles atualiza inúmeras discussões concernentes ao âmbito das mulheres e evidencia o poder social que ainda as oprime, pois “a literatura traduz as fantasias, os medos ou os sonhos de uma época, que constituem uma parte, mas apenas uma parte, de sua ‘realidade’” (PERROT, 2005, p. 436).

Longe de estar em uma condição ideal pautada meramente na inspiração, a arte possui profundas raízes na concretude social:

a base da atitude poética se assenta em grande parte em coisas materiais. A observação impessoal e desapaixonada depende de haver tempo livre, de algum dinheiro e das oportunidades surgidas pela

combinação desses dois fatores. Com dinheiro e tempo livre a seu dispor, naturalmente as mulheres se dedicarão mais do que até aqui foi possível ao ofício das letras. Farão um uso mais completo e sutil da ferramenta da escrita. Sua técnica será mais audaciosa e mais rica (WOOLF, 2014, p. 282).

A escrita literária, assim, pode revelar e influenciar aspectos sociais; pode reivindicar e denunciar; pode contribuir para a afirmação de uma identidade feminina que contém inúmeras outras identidades, revelando-se como um instrumento de poder. Com isso, a voz se faz ouvir, e silêncios poderão ser menos impostos.

Em *As mulheres ou os silêncios da história*, Michelle Perrot discorre sobre a subalternidade que as mulheres têm enfrentado historicamente. Subjugadas pelo machismo e pelo sexismo, elas enfrentam ideologias que as inferiorizam e que se espalham em inúmeras searas sociais: religiosa, econômica, profissional, familiar, política, conjugal etc. Por essa ideologia de dominação masculina estar espalhada tão amplamente e arraigada em tantos setores da vida humana, atinge-se a cultura de modo geral, o que falsamente naturaliza a equívoca e absurda posição preterida das mulheres.

A historiadora questiona a “suposta unicidade de um gênero: A MULHER” (PERROT, 2005, p. 11, destaque conforme original) e ratifica a ideia de que a identidade feminina comporta incontáveis identidades femininas que, por vezes, além de distintas, podem vir a ser antagônicas. Isso justifica tanto a adesão quanto a rejeição de mulheres ao feminismo; a existência de inúmeros feminismos; a interiorização, a perpetuação e a negação do machismo pelas mulheres etc.

Num capítulo específico (“Identidade, igualdade, diferença: o olhar da História”), a autora afirma que “a identidade também não é estabelecida definitivamente; ela não é causa, mas ‘efeito instável e jamais garantido, de uma vez por todas, de um processo de enunciação de uma diferença cultural’” (PERROT, 2005; SCOTT *apud* PERROT, 2005, p. 467-8). Essa declaração ratifica nosso posicionamento quanto às dinâmicas identitárias, sempre em transformação, em devir.

Para Michelle Perrot, a dominação masculina é eficaz e difícil de ser combatida pelo fato de ser organizadora até mesmo dos modos de pensar. “A questão da dominação masculina como princípio organizador do pensamento, da sociedade e da

história é seguramente o que causa problema, por diversas razões” (PERROT, 2005, p. 468).

Se a sociedade, a História e o pensar são organizados conforme uma lógica masculina, o feminino passa a ser delimitado e delineado de acordo com essa hegemonia do homem. Assim, muitas vezes as mulheres são tomadas como algo que talvez elas não sejam, havendo “o risco de recorrer a uma *invariante*, ao passo que nós recusamos qualquer fixismo e fazemos da diferença entre os sexos – do gênero – uma *perpétua construção*” (PERROT, 2005, p. 468, grifo nosso). Note-se que essa ideia de “perpétua construção” e de rejeição a um status “invariante” conduz a uma não apreensão, a uma não previsibilidade e a um não engessamento que proporcionariam maior liberdade às mulheres e às suas identidades.

Porém a “diferença entre os sexos aparece, ao olhar dos antropólogos, como o princípio organizador das sociedades” (PERROT, 2005, p. 475), o que dá estabilidade a distinções de gênero que tendem a subjugar as mulheres ao relegá-las a funções de menos poder e visibilidade. É por isso que tais questões são tão arraigadas socialmente e tão difíceis de serem combatidas e evitadas.

Indiferenciar, ainda que pareça impossível, pode ser uma estratégia de poder. A diferença, ao ser estabelecida, funciona como mecanismo de dominação: ao se diferenciar, agrupa-se o diferente para que este seja mais bem controlado. Indiferenciar, portanto, além de forçar uma igualdade que deveria existir, porém ainda não existe, confundiria as formas de dominar.

Indiferenciação pode ser mais difícil de viver em sua própria indecisão, temida, de qualquer forma, pelo poder e, sobretudo, pela parte masculina do poder, que é importunada pelo temor da indiferenciação, mais difícil de delimitar e de classificar e, então, de governar (PERROT, 2005, p. 480).

Ainda que o desagrupamento identitário feminino possa, num primeiro momento, soar como uma fraqueza, a ameaça aos modos de dominar representa, ao contrário, uma forma de empoderamento: um micropoder que cada mulher, em sua respectiva e idiossincrática construção identitária, possui para combater estratégias de controle social. Cada uma das três meninas de Lygia, constituindo-se únicas e se

reconstituindo conforme os próprios desejos, consegue, assim, fugir de dominações externas, podendo viver, ainda que não plenamente, sua liberdade.

O individualismo exacerbado, entretanto, representa uma derrota. Michelle Perrot demonstra que há “influência do individualismo como fator explicativo da fraqueza das identidades coletivas em geral e do feminismo em particular” (PERROT, 2005, p. 484-5). As individualidades devem ser mantidas, contudo o individualismo deve ser evitado: sem diálogos e união constantes, os indivíduos podem se alienar uns dos outros e, nesse isolamento, o poder que eles, juntos, representam se desfaz.

Ao tomar como base o pensamento de Mona Ozouf (1995), Michelle Perrot propõe que um modo de conhecer as pluralidades femininas seria “ler *as palavras de mulheres* para compreender sua expressão autônoma” (PERROT, 2005, p. 469, grifo da autora). Isso nos remete novamente ao que Spivak (2010) discorre em *Pode o subalterno falar?*: para se ter acesso às múltiplas identidades femininas, é necessário que as próprias mulheres sejam ouvidas, e não uma voz masculina que supostamente fala por elas. Percebemos, portanto, a importância de uma literatura feminina, ainda que esta se perca por entre as avenidas numerosamente masculinas do cânone.

Michelle Perrot cita a virgindade como a “última muralha contra a dominação masculina” (PERROT, 2005, p. 474). Inconscientemente ou não, Lorena mantém essa muralha. Embora criticada por Lia e pela própria mãe, a personagem permanece virgem durante toda a narrativa e, ainda que nela haja ímpetos sexuais fortes, ela parece que assim se manterá. Guardada como um tesouro para M.N., essa virgindade faz Lorena evitar e até fugir do contato intenso com outros homens. Quiçá um meio de resistir à dominação masculina, como sugere Perrot.

Já o quarto, ambiente em que Lorena reside durante a maior parte do romance, pode ser tomado como um lugar de subordinação. Ela jaz oculta atrás das “portas do quarto fechado, do íntimo e do foro íntimo, refúgio das mulheres” (PERROT, 2005, p. 478). Lorena, reiteradamente, declara amor e apego ao seu quarto, que ela chama de “concha”: “Abandonar minha concha. Meu delicado mundo que amo tanto” (TELLES, 2009, p. 248). Seria esse quarto uma mera paisagem de segurança ou seria um espaço de submissão e de apagamento?

Ao contrário de Lorena, Lia toma as ruas para si: é nelas que se encontra com seus companheiros de revolução; é nelas que arquiteta seus planos contra aqueles que estabeleceram o Golpe Militar. Em consequência, ela é chamada de subversiva. Se permanecesse em seu quarto, apagada, quieta, silenciosa, Lia seria elogiada como “boa moça” e não levantaria suspeitas. A personagem, contudo, reivindica para si um ambiente tido como dominado pelo masculino, enquanto Lorena acata a sua condição feminina subjugada, mantida cativa voluntariamente em seu próprio quarto.

Ao discorrer sobre a questão da subjetividade que poderia se perder ao se diluir em uma identidade, Michelle Perrot escreve: “Estas estratégias identitárias mostram-se às vezes muito limitantes e tornam difícil a afirmação de uma subjetividade. Como dizer ‘eu’ no interior do ‘nós’? Como reivindicar uma diferença na identidade?” (PERROT, 2005, p. 475).

A consciência de gênero, que se apoia “no direito das mulheres a serem representadas enquanto tais, em nome de sua especificidade” (PERROT, 2005, p. 475), pode desembocar numa generalização perigosa, a qual uniria todas as mulheres num todo falsamente homogêneo, o que destoaria da realidade heterogênea que todos os indivíduos demonstram quando se tenta colocá-los em um mesmo grupo. “Como se pode efetivamente liberar pessoas que são ligadas a um grupo que exige a subordinação a ideias e a objetivos específicos?” (FOUCAULT *apud* PERROT, 2005, p. 500).

Novamente, enfrenta-se o dilema entre a força do grupo, necessária para as conquistas e para o empoderamento, e a riqueza da individualidade, vital para a liberdade. O que se deve buscar, certamente, é uma síntese dialética entre esses dois polos distintos.

Foucault “incita à rejeição de qualquer definição identitária” (PERROT, 2005, p. 501) e, às “vésperas de sua morte, ele rejeitava qualquer forma de essencialismo” (PERROT, 2005, p. 501): “Não se trata [...] de recusar a injunção de identificação à sexualidade, às diferentes formas de sexualidade [...]. Eu recuso aceitar o fato de que o indivíduo poderia ser identificado com e através de sua sexualidade” (FOUCAULT *apud* PERROT, 2005, p. 501).

Dessa forma, percebe-se que Foucault evita a padronização que uma identidade pode acarretar: a “identidade pode ser um modo de prazer ou de luta: não uma ‘regra

ética universal” (PERROT, 2005, p. 501). Todo esse debate não impede – nem tenta impedir – agrupamentos identitários; o que se faz é um alerta para que as idiossincrasias subjetivas sejam mantidas, ao invés de serem apagadas em favor de uma – pretensa – coerência grupal, que poderia tornar-se forçada, obrigatória, inibidora.

Com Michelle Perrot, ratificamos que a imposição do estatuto de *mãe* como requisito primordial para uma “mulher realizada”, a exemplo de outras identidades impostas, deve ser combatido, visto que induz as mulheres a um comportamento muitas vezes de conveniência social, em detrimento da liberdade e da vontade próprias:

Michel Foucault rompe resolutamente com o eterno feminino dos médicos e dos biólogos cujos discursos, nos séculos 18 e 19, reforçavam a sujeição das mulheres a seu corpo e a seu sexo [...]. *Não existe o ser mulher*. [...] Também não há “norma” da conduta das mulheres: a maternidade não constitui sua imutável missão. Elas não têm a vocação única para a reprodução, que as fixava em um tempo imóvel quase fora da história. O nascimento das mulheres na narrativa histórica supõe a ruptura com esta visão antropológica. Michel Foucault contribuiu para este difícil parto (PERROT, 2005, p. 501-2, grifo nosso).

Enquanto esse pensamento antropológico arcaizante arrasta a mulher para uma posição animalesca que a subjuga a instintos sexuais, outras identidades também contribuem para a homogeneização de comportamentos e desejos. Ter consciência dessas ideologias – muitas vezes abarcadas pelo nome de *cultura* – é um meio para que se evitem imposições das convenções sociais (família, Igreja, mídia, escola, Estado etc.). A identidade feminina é um direito a ser exercido e pode trazer outros direitos, haja vista a força obtida numericamente pelo grupo. A indiferenciação identitária, porém, também deve permanecer sendo um direito.

Em *As meninas*, Lygia Fagundes Telles cria três personagens que abarcam as pluralidades femininas, ampliando a consciência das possibilidades de ser das mulheres e, de forma geral, de qualquer indivíduo. Com isso, ela coaduna com a situação feminina abordada por Michelle Perrot:

Quanto à história das sexualidades femininas, sob todas as suas formas tão ricas e tão pouco exploradas, ela continua a ser um imenso jardim secreto. Poderíamos encontrar aí as amigas, as amantes, as esposas fiéis ou volúveis, as mães, boas e ruins, as moças seduzidas ou sedutoras, as frígidas e as ardentes, as histéricas abandonadas por Foucault, as pacientes de Freud e de seus êmulos, as lésbicas, cuja

história está por escrever, [...] as hermafroditas, os travestis, as loucas que vagam nas zonas incertas da sexualidade onde se dissolvem as identidades (PERROT, 2005, p. 503).

Além de ter suas identidades controladas exteriormente pelas instituições sociais, Lorena, assim como Lia, possui uma mãe que limita as possibilidades da filha, como se revela neste trecho:

Você tem que viver sua vida ao seu modo e não do modo que os outros decidirem, ô, Lena, Lena, não sei explicar, mas aquela história do Tempo devorando os filhos, não é o deus Cronos? Ele mesmo ia parindo e ele mesmo ia devorando tudo. Mas de verdade não é o tempo que engole a gente, é um tipo de mãe como a sua. Um pouco como a minha, também. Presta atenção, salta fora e ela vai se dedicar a outra causa, a caridade, Deus, quem sabe até vai querer adotar uma criança? Minha mãe adotou uma, está radiosa lá com a garotinha que beija e castiga à vontade (TELLES, 2009a, p. 254).

Novamente é uma figura feminina que cerceia a liberdade de outra figura feminina. Isso nos remete à questão da pluralidade: não são todas as mulheres que buscam liberdade; há algumas que voluntariamente contestam e criam empecilhos à liberdade das outras. Suas identidades, portanto, mostram-se antagônicas. Com o poder opressor inserido na própria família, Lorena tende a permanecer subjugada, especialmente porque o romance se encerra com a promessa da personagem de voltar a morar com a mãe, diferentemente de Lia que, além de abandonar o lar da família, mudou até de estado, saindo da Bahia para São Paulo.

É nessas lutas e omissões pelo direito de ser, nessa trama de fuga da opressão e de volta voluntária ou forçada ao opressor (físico ou metafísico) que a narrativa de Lygia Fagundes Telles se desenvolve. É nesse movimento que as identidades das personagens tentam se fazer, mas logo se desfazem para tentar novamente se refazer. As identidades se fragmentam, liquidificam-se, tornam-se cambiantes, chegando a haver somente processos de identificação. E, quiçá, somente não identidades, haja vista a constância das transformações identitárias.

Ana Clara, Lia e Lorena, assim, ultrapassando a categoria de personagens, apresentam-se aos leitores como pessoas reais, mutantes, variáveis, múltiplas de possibilidades, de desejos e de liberdades. Metamorfozes ambulantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se se pode tentar concluir algo sobre a flutuação das identidades, talvez se possa dizer que poder mudar nossas possibilidades de identificação nos traga mais liberdade. É o que Lygia Fagundes Telles nos mostra por meio de suas personagens. *As meninas* é uma obra que apreende a dinâmica identitária humana: ainda que haja um mecanismo externo opressor – o Estado, a mídia, as ideologias dominantes, as religiões, a família, a sociedade de modo geral, a escola – que nos queira moldar conforme o seu gosto e suas conveniências, nós, enquanto sujeitos proativos e conscientes de nossas ações, podemos resistir a esse poder exterior para que estabeleçamos as relações e as vivências em conformidade com nossos próprios desejos, ao invés de tomarmos para nós as vontades alheias.

Como buscamos mostrar, existem diversos críticos e teóricos que enxergaram esses fluxos identitários e pensaram sobre eles para melhor compreendê-los. Acreditamos ter contribuído, principalmente, com uma forma de ler esse romance de Lygia; acreditamos ter mostrado, pelo menos parcialmente, um pouco da complexidade com que nos identificamos ao outro, sempre na tentativa de criarmos uma narrativa de nós mesmos, uma ficção do eu; acreditamos, ainda, ter apresentado, de certo modo, a riqueza que a literatura pode trazer para as pessoas, desde que estas se disponham a ler e a refletir sobre o que elas leem.

Além dessa teoria e dessa crítica que subsidiam nossa pesquisa, existem inúmeros escritores que produziram obras literárias em que há personagens (e eus líricos) cujas identidades se fragmentam: Clarice Lispector, Manoel de Barros, João Guimarães Rosa, Lewis Carroll, Fiódor Dostoiévski, Milan Kundera, Murilo Mendes, Raduan Nassar, João Gilberto Noll, Fernando Pessoa, Robert Louis Stevenson e a própria Lygia Fagundes Telles em outros romances e contos.

A presença deles em nossas referências marca a influência e a importância que a leitura dessas obras proporcionou para nosso modo de ler *As meninas*. Optou-se, porém, por não abarcá-las em nossa dissertação como meio de evitar que perdêssemos o foco em Lygia.

Por fim, resta-nos saber que essas mudanças por que passamos desde que nascemos – essas transformações múltiplas de nossas identidades – são, possivelmente, o que nos permite acreditar que em nós existe vida, porque a morte talvez seja uma grande estagnação.

Se permaneceremos sempre os mesmos, poderemos ser mais facilmente controlados e manipulados, haja vista a previsibilidade comportamental e volitiva que se estabelece. Se mudarmos constantemente, poderemos exercer uma maior liberdade, e ainda conseguiremos nos adaptar às vicissitudes que habitam o mundo em que vivemos.

A melhor forma de estar neste mundo talvez seja este estado fugidivo com que as personagens de Lygia se apresentam: “Vocês me parecem tão sem mistério, tão descobertas, chego a pensar que sei tudo a respeito de cada uma e de repente me assusto quando descubro que me enganei, que sei pouquíssima coisa. Quase nada” (TELLES, 2009a, p. 143).

Em tempos como o nosso, a grande mídia, a publicidade, o comércio, as ideologias dominantes e outras formas diversas de controle e manipulação social, juntamente com a religião, a família, a educação formal e o Estado, tentam – e tantas vezes conseguem – nos moldar as vontades, os desejos e as ações. Estão à solta por aí diversas identidades à nossa disposição. E é muito fácil vesti-las, comprá-las, reproduzi-las. Muito mais difícil, porém, é construí-las consciente e autonomamente.

Em *As meninas*, as protagonistas atravessam a narrativa em um movimento ininterrupto de recusa e aceitação, de tentativa de adequar-se e de um posterior reinventar-se a partir de moldes identitários. Talvez assim elas consigam criar seus moldes próprios para logo depois, se assim o quiserem, desfazerem-se deles. Talvez isso seja uma forma de crescimento; ou um meio de fuga; ou uma projeção de liberdade; ou ainda uma maneira de autoproteção contra ataques externos.

Com tantos autores, escritores, críticos e teóricos abordando a temática da identidade que se move (liquidifica-se, fragmenta-se, reterritorializa-se, multiplica-se, rizomatiza-se, ancora-se na deriva, torna-se nômade, constrói-se e se reconstrói, dispersa-se na linguagem e no discurso), talvez sejamos realmente assim. Podemos, contudo, logo deixar de sê-lo. Talvez sejamos não sendo. E talvez a literatura nos ensine mesmo alguma coisa.

REFERÊNCIAS

- AGUALUSA, José Eduardo. *A vida no céu: romance para jovens e outros sonhadores*. São Paulo: Melhoramentos, 2015.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- ARAÚJO, Rosanne Bezerra de. *Nilismo heroico em Samuel Beckett e Hilda Hilst: fim e recomeço da narrativa*. Natal: EDUFRN, 2012.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Problemas da poética de Dostoiévski*. 5. ed. Trad., notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010.
- BARTHES, Roland. *Aula*. 15. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- _____. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. *A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2007.
- _____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- _____. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CADERNOS DE LITERATURA BRASILEIRA. Número 5 – *Lygia Fagundes Telles* (mar. 98). Instituto Moreira Salles.

- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. 9. ed. Trad. Ari Roitman; Paulina Watch. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. 3. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 1999.
- _____. A personagem do romance. In: _____ et al. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 11. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CHAUI, Marilena. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010a.
- _____. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Trad. Cleonice P. B. Mourão; Consuelo F. Santiago; Eunice D. Galéry. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010b.
- COSTA, Alexandre. “Os fragmentos de Heráclito reordenados e comentários”. In: HERÁCLITO, de Éfeso. *Fragmentos contextualizados*. Tradução, apresentação e comentários de Alexandre Costa. São Paulo: Odysseus Editora, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 1. Trad. Ana Lúcia de Oliveira; Aurélio Guerra Neto; Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- _____; _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 3. 2. ed. Trad. Aurélio Guerra Neto; Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 2012.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *O idiota*. Trad. Paulo Bezerra. Desenhos de Oswaldo Goeldi. São Paulo: Ed. 34, 2002 (Coleção Leste).
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. Trad. Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2010 (Coleção Estudos, n. 135).
- _____. *Interpretação e superinterpretação*. Trad. MF; revisão da tradução e texto final Monica Stahel. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012 (Coleção Biblioteca do Pensamento Moderno).
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

- FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito crítico. *Revista USP*. São Paulo, n. 53, p. 166-182, março/maio 2002.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 103-133.
- _____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaide La Guardia Resende et al. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.
- HERÁCLITO, de Éfeso. *Fragments contextualizados*. Tradução, apresentação e comentários de Alexandre Costa. São Paulo: Odysseus Editora, 2012.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUSTON, Nancy. *A espécie fabuladora: um breve estudo sobre a humanidade*. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.
- HUXLEY, Aldous. *Admirável mundo novo*. 21. ed. Trad. Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 2001.
- KUNDERA, Milan. *A identidade*. Trad. Teresa Bulhões Carvalho da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LAMAS, Berenice Sica. *O duplo em Lygia Fagundes Telles: um estudo em psicologia e literatura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- _____. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad., posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000 (Coleção Espírito Crítico).
- MENDES, Murilo. “Mapa”. In: MORICONI, Italo (Org.). *Os cem melhores poemas brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 67-9.
- NASSAR, Raduan. *Um copo de cólera*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NOLL, João Gilberto. *A fúria do corpo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. Viviane Pinheiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005 (Coleção História).
- PESSOA, Fernando. *O Eu profundo e os outros eus: seleção poética*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d.
- ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

- SILVA, Deurilene Sousa. *O indivíduo e as convenções coletivas em As meninas*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____ (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 73-102.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- STEVENSON, Robert Louis. *O médico e o monstro*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Melhoramentos, 2010 (Coleção Clássicos da Literatura).
- SUN TZU. *A arte da guerra: os treze capítulos originais*. Trad. André da Silva Bueno. São Paulo: Jardim dos Livros, 2013.
- TELLES, Lygia Fagundes. *As meninas*. Posfácio de Cristovão Tezza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- _____. *Ciranda de Pedra*. Posfácio de Silviano Santiago. São Paulo: Companhia das Letras, 2009b.
- _____. Personagens gostam da vida, como nós. *O Estado de S. Paulo*. 12 out. 1995.
- _____. *As horas nuas*. Posfácio de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Um coração ardente: contos*. Posfácio de Ivan Marques. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VECCHI, Benedetto. Introdução. In: BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 7-72.
- WOOLF, Virginia. *O valor do riso e outros ensaios*. Trad. e org. Leonardo Froés. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- ZÉRAFFA, Michel. *Pessoa e personagem: o romanesco dos anos de 1920 aos anos de 1950*. Trad. Luiz João Gaia; J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2010.